

FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

MARTA MAGNA PINA DE SOUZA

**TUTORIA EDUCACIONAL: aspectos conceituais, legais e contribuições no
ensino- aprendizagem**

INHUMAS – GO
2023

MARTA MAGNA PINA DE SOUZA

TUTORIA EDUCACIONAL: aspectos conceituais, legais e contribuições no ensino-aprendizagem

Dissertação apresentada à Faculdade de Inhumas – FACMAIS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Aparecida Marra da Madeira de Freitas

INHUMAS – GO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

S729t

SOUZA, Marta Magna Pina de

TUTORIA EDUCACIONAL: aspectos conceituais, legais e contribuições no ensino - aprendizagem. Marta Magna Pina de souza. – Inhumas: FacMais, 2023.

76 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, Mestrado em Educação, 2023.

“Orientação: Dra Raquel Aparecida Marra da Madeira de Freitas”.

1. Tutoria Educacional; 2. Educação; 3. Ensino-aprendizagem; 4. Políticas Educacionais. I. Título.

CDU: 37

TUTORIA EDUCACIONAL: aspectos conceituais, legais e contribuições no ensino-aprendizagem

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Inhumas – PPGE/FACMAIS, aprovada em 08 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Profa. Dra. Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas
Presidente da Banca
Faculdade de Inhumas - FacMais

Prof. Dra. Lucineide Maria de Lima Pessoni
Membro Convidado Interno
Faculdade de Inhumas- FacMais

Profa. Dra. Eliane Silva
Membro Convidado Externo
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC

A todos que defendem a escola pública na busca por desempenhar um papel na construção de uma sociedade justa, igualitária e com educação de qualidade, formando estudantes em cidadãos críticos e éticos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

AGRADECIMENTOS

"O conselho da sabedoria é: Procure obter sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir entendimento" (Provérbios 4:7)

Agradeço a Deus por tudo o que sou e que tenho.

A meu esposo e filhos, por compreenderem os momentos em que não pude estar presente, mas ainda assim continuaram apoiando-me, incentivando e nutrindo de amor e vontade de ir além. Vocês são meu porto seguro.

À minha família, agradeço pela paciência, compreensão e carinho. Tenho muito orgulho de tê-los ao meu lado.

À orientadora, Prof.^a Dr.^a Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas, um agradecimento especial por enriquecer este trabalho com seu material de apoio, reflexões e sugestões valiosas. Aos professores do PPGE FACMAIS, cuja orientação e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a. Eliane Silva e Prof.^a. Dr.^a. Lucineide Maria de Lima Pessoni, agradeço as valiosas contribuições na banca de qualificação. Foi uma honra tê-las como membros da minha banca.

Um agradecimento especial à Cecília Estrela, por estar sempre disponível nas questões desafiadoras que levaram-me a refletir e melhorar o desenvolvimento do trabalho.

As minhas amigas, Cinara, Marisa, Rosana e Sizeny, que contribuíram no percurso dessa jornada.

Por fim, meu reconhecimento a todos os colegas da turma 05, por todo apoio ao longo desta caminhada. Juntos, enfrentamos desafios e compartilhamos aprendizados. Sou grata por cada momento ao lado de vocês.

***"Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida. Não desistir da luta."
(Cora Coralina)***

RESUMO

A dissertação apresenta a tutoria educacional em seus aspectos conceituais, legais e contribuições no ensino-aprendizagem no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado FacMais. A escolha do tema considerou as dificuldades em se estabelecer uma compreensão sobre a tutoria educacional, seja dos documentos oficiais, na rotina das escolas, bem como sobre as atribuições e o papel do tutor educacional nas escolas. No liberalismo há um discurso de valorização da competência para o trabalho associando a educação a fins mercadológicos, sendo que determinações regulamentares incidem sobre a necessidade da escola atender à demanda do mercado, distanciando-a da função formadora do indivíduo. Somados a esse problema há a demanda posta ao tutor educacional, de atender às solicitações do cargo determinadas pela Secretaria de Educação do Estado, conforme as políticas educacionais implementadas. Essa problemática motivou a realização desta pesquisa, que teve como objetivo geral conhecer e analisar a legislação regulamentar sobre tutoria educacional e sua aplicação na rede estadual de ensino de Goiás. Os objetivos específicos foram: contextualizar na história da educação os conceitos e princípios da tutoria educacional, a partir da reforma Pacto da Educação em Goiás; destacar e analisar o papel dos tutores educacionais e da dupla pedagógica com base nas atribuições descritas nas Diretrizes Operacionais de Goiás. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e o Portal de Periódicos da CAPES. A análise dos materiais encontrados realizou-se com apoio em autores como Semião (2009), Frison (2012), Silva (2014) Tiballi (2016), Pessoni (2017), Castro e Araújo (2018), Laval (2019), Pillonetto (2020), Silva e Tizzo (2022). Os resultados mostram que a tutoria educacional se modificou ao longo da história da educação, refletindo as mudanças sociais e políticas. A atuação do tutor educacional requer comprometimento, escuta ativa, engajamento e conhecimento das políticas educacionais e dos recursos que possibilitem a prática do tutorado pautado na capacitação para o desempenho das atribuições da função assumida. As mudanças e melhorias na tutoria se configuram desafios para o tutor, mas também dependem de políticas públicas educacionais que favoreçam a formação docente, promovam uma educação inclusiva, humanizada e de qualidade atendendo a diversidade do processo educacional.

Palavras-chave: Tutoria Educacional. Educação. Ensino-aprendizagem. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The dissertation presents educational tutoring in its conceptual, legal aspects and contributions in teaching-learning. The choice of the theme considered the difficulties in establishing an understanding about educational tutoring, whether from official documents, in the routine of schools, as well as about the attributions and the role of the educational tutor in schools. In liberalism there is a discourse of valuing competence for work associating education with marketing purposes, and regulatory determinations focus on the need for the school to meet the demand of the market, distancing it from the formative function of the individual. In public education in the state of Goiás, the teacher with the assignment of an educational tutor is seen as a fiscal rather than a partner in the implementation of procedures that contribute to a better quality of educational practice. Added to this problem is the demand placed on the educational tutor, to meet the requests for the position determined by the State Department of Education, according to the educational policies implemented. This problem motivated the accomplishment of this research, which had as general objective to know and analyze the regulatory legislation on educational tutoring and its application in the state education network of Goiás. The specific objectives were: to contextualize in the history of education the concepts and principles of educational tutoring, from the reform Pact of Education in Goiás; to highlight and analyze the role of educational tutors and the pedagogical duo based on the attributions described in the Operational Guidelines of Goiás. The methodology consisted of bibliographic research carried out in the Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD and the Portal of Periodicals of CAPES. The analysis of the materials found was carried out with the support of authors such as Semião (2009), Frison (2012), Silva (2014) Tiballi (2016), Pessoni (2017), Castro and Araújo (2018), Laval (2019), Pilonetto (2020), Silva and Tizzo (2022). The results show that educational tutoring has changed throughout the history of education, reflecting social and political changes. The changes and improvements in tutoring are challenges for the tutor, but they depend on public educational policies that favor teacher training, promote an inclusive, humanized and quality education meeting the diversity of the educational process.

Keywords: Educational Tutoring. Education. Teaching-learning. Educational Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

EAD - Educação a Distância

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Portal de Periódicos da CAPES

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

CP - Coordenador Pedagógico

CRE - Coordenações Regionais de Educação

UE - Unidade Escolar

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

BM - Banco Mundial

ANDE - Associação Nacional de Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

CBE - Conferência Brasileira de Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos

TE - Tutores Educacionais

CEPFOR - Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola

PRAEC – Projetos de Atividades Educaionais Complementares

AMAI – Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Aluno In frequente

SIGE – Sistema de Gestão Escolar

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUCE – Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás

SRE – Secretaria Regional de Educação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1- Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás.	52
Quadro 2- 25 iniciativas para a reforma distribuídas nos 5 pilares.....	61
Quadro 3- Práticas de ensino de alto impacto.....	63

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1 – A TUTORIA EDUCACIONAL NO BRASIL: CONCEITOS, HISTÓRIA, PROCEDIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA DA ESCOLA.....	15
1.1 Tutor e Tutoria: conceitos.....	16
1.2 Breve histórico da educação no Brasil relacionada à tutoria.....	20
1.3 A prática pedagógica do tutor: procedimentos, orientação e apoio na tutoria educacional.....	30
1.4 O papel do tutor junto a equipe pedagógica da escola.....	35
2. CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DIRETRIZES PARA A TUTORIA EDUCACIONAL EM GOIÁS.....	41
2.1 Constituição e a lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 9.394/96.....	41
2.2 Legislação complementar: Regulação do Estado de Goiás.....	46
2.3 Diretrizes Operacionais de Goiás relacionadas à tutoria educacional.....	49
3 CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES OPERACIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS.....	53
3.1 Criação da dupla pedagógica em Goiás: Diretriz 2009-2010.....	54
3.2 O Pacto Pela Educação: reforma educacional de Goiás.....	59
3.3 O papel do tutor educacional: perfil e atribuições na Diretriz de 2016-17.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
5. REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta uma abordagem da tutoria educacional focalizando as regulamentações referentes a aspectos conceituais, legais e às contribuições no ensino-aprendizagem. A tutoria, considerada uma metodologia de formação em situação de trabalho se fundamenta em princípios como aprendizagem na prática, parceria, intencionalidade, transparência e foco na aprendizagem¹. O objeto de estudo consiste em uma análise teórica sobre a tutoria como metodologia de formação em situação de trabalho. A Secretaria de Estado da Educação - Seduc dispõe que o Tutor Educacional responde pelo acompanhamento de um grupo de escolas e tem por atribuição: formar e orientar as Unidades Escolares. Para a Coordenação Regional de Educação – CRE, local em que o tutor se encontra modulado, além da atribuição mencionada, o profissional da educação com atribuição de tutor assume as demandas de diversos setores, não apenas do pedagógico.

A problemática envolve as dúvidas que se manifestam dentro da prática do tutor em razão do discurso neoliberal que associa a educação ao mercado de trabalho. As determinações regulamentares incidem sobre a necessidade de a escola atender à demanda mercadológica provocando um distanciamento da função formadora da instituição. Essa última consiste na promoção do desenvolvimento das capacidades humanas, incentivando o pensamento crítico e consciente.

A questão levantada refere-se ao professor com atribuição de Tutor nas unidades escolares. Convém esclarecer que tutor é um professor graduado em licenciatura em qualquer área. Conforme a portaria nº 1874, 2023, no artigo 2º, estabelece os requisitos para ingressar na tutoria educacional, compreendendo uma análise dos moldes dessa implantação veiculada pelos órgãos responsáveis.

Ademais, o problema ultrapassa a falta de clareza quanto às variações e aplicação da nomenclatura, embora a problemática não se limite a alteração do nome, inclusive na legislação nacional. Aponta para a relação com o pensamento neoliberal de produção de capital humano para o mercado globalizado, discurso que se introduz nas instituições escolares. Percebe-se por exemplo, nas Diretrizes

¹ Na década de 1990 até meados de 2000 prosperou no Brasil a teoria da reflexividade encampada por muitos autores, inclusive portugueses como Isabel Alarcão. Mas, em especial foram os americanos Donald Shon Kenneth Zeichner que se destacaram. Havia uma expressão “conhecimento tácito, aquele que se adquire na prática”.

Operacionais de estados como São Paulo, a menção a Supervisor educacional/pedagógico, cuja função se aproxima da descrição de atribuições do tutor educacional. Há uma similaridade, porém não igualdade. No Estado de Goiás, essas mesmas atribuições fazem referência e são indicadas ao papel a ser desempenhado sob a denominação de tutor educacional.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte pergunta: Como o Tutor Educacional, no exercício das atribuições descritas na legislação do Estado de Goiás, pode contribuir com a melhoria do ensino-aprendizagem?

O estudo tem por objetivo geral conhecer e analisar a legislação regulamentar sobre tutoria educacional e sua aplicação na rede estadual de ensino de Goiás. Os objetivos específicos são: contextualizar na história da educação os conceitos e princípios da tutoria educacional, a partir da reforma Pacto da Educação em Goiás; destacar e analisar o papel dos tutores educacionais e da dupla pedagógica com base nas atribuições descritas nas Diretrizes Operacionais de Goiás.

Justifica-se a escolha do tema em razão das dificuldades em se estabelecer uma compreensão clara, seja dos documentos oficiais, seja na rotina das escolas, sobre as atribuições e o papel do nas unidades escolares. Somados a essa questão têm-se obstáculos de ordem prática, por exemplo: como atender as diversas demandas do cargo determinadas pela Secretaria de Educação do Estado - Seduc conforme as políticas educacionais implementadas.

Essa realidade se encontra apreendida no exercício da função de tutora educacional desempenhada em cinco (5) unidades escolares desde 2010. Destaco que sou fruto da rede pública estadual de ensino, através da qual me formei em Licenciatura em Matemática. Atualmente exerço as atividades de tutoria em escolas da coordenação regional de Anápolis, atendendo ensino médio, fundamental, educação de jovens adultos, e outras modalidades. Essa atuação me permite interagir com diferentes perfis de gestão e propor elementos para um diagnóstico de intervenção na da unidade escolar.

É comum a equipe pedagógica da escola expressar o desconhecimento de que a presença do tutor representa parceria na busca por melhorias dos procedimentos de compreensão do ensino das práticas pedagógico-didáticas do tutor e sua relação com a gestão da escola. A importância dessa pesquisa repousa, ainda, na tentativa de contribuir com a comunidade acadêmica, pois levanta

questionamentos sobre um assunto pouco abordado na literatura, haja vista que grande parte das publicações referentes ao tutor e a tutoria destacam a educação a distância e não a realidade dentro de uma escola.

O percurso metodológico adotado refere-se à pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o termo de busca Tutor Educacional. A seleção dos dados utilizou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e o Portal de Periódicos da CAPES. A escolha das plataformas ocorreu em virtude da riqueza de publicações, credibilidade, acesso e amplitude dos assuntos associados ao tema desse estudo. Foram lançadas as palavras-chave em português, a saber: Tutor, Tutoria, Tutor Educacional, Tutor Pedagógico, Políticas Públicas Educacionais, Supervisor Educacional, Supervisor Pedagógico e Supervisor Escolar. Na sequência, procedeu-se a classificação dos estudos agrupando os autores por ordem de assunto em conformidade com cada tópico proposto no sumário, tendo em vista enriquecer a pesquisa quanto à clareza, facilitando o entendimento e domínio do assunto. O objetivo foi a ordenação lógica das ideias, a clareza e a compreensão dos textos. O período de busca compreendeu os meses de setembro de 2022 a maio de 2023. Foram encontrados 52.527 artigos, dissertações e teses, contudo, adotando o refinamento e os critérios de exclusão como idioma, publicação disponível para acesso na plataforma digital e obedecendo ao recorte temporal de 2008 a 2022, em razão do período corresponder ao foco do estudo, ocorreu o descarte da maioria dos materiais. A partir daí, procedeu-se a seleção das publicações que fundamentam o estudo. Do total de artigos, dissertações, teses e documentos encontrados 49 publicações foram utilizadas nesse estudo. Para expor o percurso de realização da pesquisa, além da Introdução e Considerações Finais, os resultados, a análise e as conclusões, este texto foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo analisa os conceitos de tutor e tutoria a partir de um breve histórico da educação no Brasil, transitando por conceitos, História, procedimentos e contribuições para a equipe pedagógica. A subdivisão capitular refere-se aos conceitos de tutor e tutoria e a prática pedagógica do tutor por meio dos procedimentos, orientações e apoio na tutoria educacional. O tópico seguinte apresenta o papel do tutor junto à equipe pedagógica da escola.

O segundo capítulo trata das regulamentações relativas a fundamentação legal e diretrizes para tutoria educacional em Goiás. Para a implantação das políticas educacionais recorre-se à fundamentação com base legal com vista a nortear o

trabalho do servidor da educação. A listagem contida nas diretrizes vale-se da descrição do perfil e atribuições para favorecer a seleção dos profissionais mediante critérios de competência estabelecidos e regulamentados. Subdivide-se em: Legislação fundamental da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei complementar do Estado de Goiás e Diretrizes Operacionais no contexto da metodologia de tutoria educacional.

O terceiro capítulo aborda as Diretrizes Operacionais do estado de Goiás de forma a reunir e estruturar o organograma destinado à secretaria estadual de educação, estendendo-se à coordenação regional até alcançar as unidades escolares. Na subdivisão capitular têm-se a criação da dupla pedagógica por meio da efetivação da Diretriz de 2009-2010, no âmbito da subsecretarias regionais de educação, sendo a primeira diretriz do estado de Goiás sobre a função de dupla pedagógica. O tópico seguinte apresenta a Reforma Educaiconal denominada Pacto Pela Educação iniciado em 2011 e lançado em 2012, tendo em sua composição as 25 iniciativas para a reforma educacional goiana. Fechando o capítulo, têm-se a análise do papel do tutor educacional: perfil e atribuições pela nova Diretriz de 2016-2017. Depois, virão as Considerações Finais buscando responder aos objetivos da pesquisa.

A abordagem de tutoria também se faz necessária por se tratar de uma função correlacionada à Gestão Escolar como um todo, oferecendo suporte a diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. O tutor articula diretamente com a equipe pedagógica da unidade escolar, os quais trabalham em conjunto com outros servidores como professores, bibliotecários e profissionais de apoio e outros envolvidos no trabalho pedagógico. Orienta a otimização das atividades diárias para obter melhorias nos índices avaliativos da escola, dentre outras situações de aprendizagem que serão alvo de pesquisa no decurso do estudo.

Convém mencionar, de acordo com as Diretrizes 2016-2017, cabe ao tutor oferecer suporte, orientação e desenvolvimento profissional para os diretores e coordenadores pedagógicos das escolas nas quais atua. A distinção entre os profisisonais é: o tutor tem por objetivo auxiliar na gestão escolar da unidade escolar e na melhoria dos resultados educacionais. O coordenador pedagógico atua diretamente com os professores da unidade escolar oferecendo formação continuada e apoio para o aprimoramento da prática pedagógica. Cabe ao professor ministrar as aulas e conduzir o processo de ensinno-aprendizagem com os alunos.

Importa considerar as políticas educacionais e as diretrizes que descrevem o perfil e atribuições relacionadas ao tutor educacional, particularmente no estado de Goiás. No entanto, reforça-se a compreensão de que a metodologia aplicada à tutoria educacional em Goiás se encontra interligada ao histórico da educação no país e às legislações regulamentares, condensando-se em um documento que realça o entendimento de que o compromisso de melhoria na gestão educacional ocorre por meio da parceria entre o público e o privado.

Na percepção da Seduc, o foco na melhoria da proficiência dos estudantes concentra vários desafios. Cumpre esclarecer que em 2011 utilizava-se a nomenclatura de Seduce para designar Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás. Entretanto, a partir da Lei 20.417 de 06 de fevereiro de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás passa-se a chamar Seduc – Secretaria de Estado da Educação (Seduc, 2019).

Na intenção de abordar as publicações sobre o trabalho do tutor e a legislação adotada nas escolas do Estado de Goiás referente à tutoria educacional, pensou-se em traçar uma linha do tempo. A razão recai nas alterações ocorridas na designação da palavra tutor e tutoria, as quais repercutem de modo variado na realidade educacional.

1. CAPÍTULO 1 – A TUTORIA EDUCACIONAL NO BRASIL: CONCEITOS, HISTÓRIA, PROCEDIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Este capítulo apresenta uma abordagem relacionada aos conceitos tutor e tutoria no campo educacional, os quais se encontram contextualizados na literatura de modo inter-relacionado. Inicia-se o capítulo com um breve histórico da educação brasileira associada à tutoria traçando a evolução e modificações da utilização dos termos tutor e tutoria, bem como os contextos empregados. Apresenta também uma explanação sobre a prática pedagógica abrangendo o processo de tutoria em relação aos procedimentos, orientação e apoio na gestão escolar, evidenciando as possibilidades da contribuição do tutor educacional junto à equipe pedagógica nas unidades escolares.

Os autores utilizados na fundamentação para o desenvolvimento deste capítulo foram Silva; Tizzo (2022), por analisarem o tutor e tutoria no contexto do Estado de Goiás. As publicações de autores complementares também forneceram

subsídios à pesquisa, sendo: Semião (2009), Frison (2012), Tiballi (2016a), Ribeiro; Souza e Lima, et al (2018), Castro; Araújo (2018), Laval (2019), Pillonetto (2020), Bassani (2022), dentre outros.

Segundo Oliveira (2017, p. 56) “[...] parece evidente as controvérsias que o termo [tutoria] engendra, sobretudo quando discutido na sua relação com a docência”. Sendo assim, torna-se importante analisar o que a literatura relata sobre essa temática, pois conhecer a história possibilita ampliar a compreensão, a partir de conceitos relatados por diversos pesquisadores na abordagem das contribuições do tutor junto à gestão escolar.

1.1 Tutor e Tutoria: conceitos

Pensar a educação no Brasil remete aos primórdios da colonização. A história revela que o modelo de instrução incutido pelos jesuítas se encontrava integrado à política de dominação e apresentava uma doutrinação de submissão e exclusão pautada por desigualdades sociais. Para Tiballi (2016b), se configura uma educação para a elite e outra para o restante da população. Já naquela época e depois perpassando o período imperial e republicano, nota-se que as decisões sobre as políticas educacionais eram implementadas com base nos interesses da classe dominante. Para essa parcela privilegiada também foram constituídos os chamados tutores. Para Botti; Rego (2008), tratava-se de intelectuais experientes que assumiam a instrução dos filhos da elite numa educação esmerada e não acessível a todos.

A tutoria desempenhou um papel significativo na Idade Média, com clérigos presentes como tutores de senhores e imperadores, preservando e divulgando a literatura clássica. Em Portugal, a Igreja influenciou a educação. Instituições religiosas dominaram o ensino. Houve distinção entre “[...] escola pública [e] escola doméstica [...]”, com diferentes materiais didáticos para meninos e meninas, além da diferenciação entre clérigos e leigos (Semião, 2009, p.12).

O termo tutor, adotado no final do século XVI, descrevia os professores que acompanhavam o trabalho individual de cada aluno dentro do Colégio. Ao longo do tempo, “[...] a função de tutor foi assumindo características especificamente educativas e didáticas em detrimento da de guardião e, no século XVII [...], seu trabalho foi valorizado” (Semião, 2009, p.12). Destaca que, no contexto da época, em Cambridge, os tutores continuaram a cumprir o papel de guardiões morais e

religiosos. Contudo, a orientação dos estudos passou a ser responsabilidade de um supervisor.

Há uma diversidade de definições e significados atribuídos aos termos tutor e tutoria. Embora existam variações, é comum associar o tutor como alguém que supervisiona e protege os outros, especialmente no contexto educacional. Os tutores atuam diretamente com os profissionais da equipe pedagógica da unidade escolar, que inclui o gestor e o coordenador pedagógico. Esses profissionais trabalham em conjunto com outros membros da equipe. Além disso, outras definições enfatizam palavras como suporte, guia, mentor e orientador pedagógico, ressaltando a importância das ações executadas pelo tutor. De modo amplo, o tutor é considerado um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem, orientando e apoiando os alunos, além de exercer um papel de proteção e acolhimento (Silva; Tizzo, 2022).

Para Bernal (2008, p.56 *apud* Oliveira, 2017, p. 58): “O termo Tutor (do latim tutor, oris) originário do direito romano, refere-se àquele que supervisiona, examina e observa outras pessoas [...]”. Destaca-se a definição com maior prevalência de menção entre os estudiosos que refletiram sobre a função do tutor e, em decorrência, da tutoria, pois foram mencionados também por Mill; Oliveira e Ribeiro (2014), Silva; Santos (2019), dentre outros.

Contudo, outras definições associam palavras como aquele que oferece suporte, o que ajuda, que guia, conselheiro, mentor, supervisor, orientador pedagógico, avaliador, instrutor, atribuindo uma significância relacionada à função exercida e não propriamente à terminologia. “[...] por meio de distintas estratégias, metodologias e opções pedagógicas, elabora materiais, cursos, [...] para socializar o conhecimento [...]”. São atribuídas à figura do tutor, outras nomenclaturas tais como, orientador acadêmico, facilitador, admitindo-se, porém, a base das atividades desempenhadas [...]” (Bernal, 2008, p.72 *apud* Oliveira, 2017, p. 65).

Conforme Semião (2009, p. 9), a palavra “tutela” e “tutoria” têm uma origem etimológica comum; “tueri”, verbo latino que significa “proteger”, “defender”, “cuidar”, “zelar por”, “supervisionar”, “governar”. Embora sejam frequentemente usados como sinônimos, existem algumas diferenças em seus significados.

Segundo Oliveira (2017, p. 56) “o tutor é considerado um guia, um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem centrada no aluno”. Acrescenta que a tutoria representa uma mediação entre professor e aluno. Em sua publicação, também faz referência ao termo tutor como designação ao docente que atua junto a

alunos com deficiência, ou seja, na educação inclusiva. Considera tutor no mesmo sentido do pensamento de Botti; Rego, p.367), “[...] significado de guarda, protetor, defensor, curador; significa aquele que mantém outras pessoas sob sua vista, que olha, encara, examina, tem a função de amparar, [...]”. Assim, o professor-tutor se torna responsável por ensinar e orientar os alunos na busca de conhecimento, mas também interage de modo vincular no acompanhamento escolar, adotando uma postura protetora e acolhedora.

De acordo com Botti; Rego (2008, p.367), “Na área da educação ‘tutor’ é utilizado com o significado de ajuda, guia, conselheiro, orientador [...]”. Em outro momento, a mesma autora afirma que o professor-tutor assume a conotação de motivador no exercício da orientação. E, nos relatos de Castro e Araújo (2018, p. 38), encontra-se a definição “o tutor é um educador, seja ele presencial ou a distância, [...]”. Essa referência também oportuniza incluir a definição de tutor e tutoria na modalidade de Educação a Distância (Ead).

Autores como Pillonetto (2020) e Bassani (2022) também abordam a educação a distância e o papel do tutor, apresentando pensamentos similares quanto ao caráter de mediação inerente ao ser tutor no contexto de aprendizagem não somente presencial, mas também, no ambiente virtual. Para Oliveira, Mill e Ribeiro (2014, p. 84), “os tutores são mediadores entre os alunos e o conhecimento, as tecnologias e o professor [...]”. Nesse sentido, fala-se de uma aproximação fomentada pela função de acompanhar o aluno e o conteúdo a ser ministrado pela instituição escolar. Pressupõe uma interação e uma relação dialogal entre professor-tutor e aluno e com a equipe pedagógica.

Essa mediação pedagógica também se expressa nos relatos de Esquinhalha (2015, p. 37), ao argumentar que se trata do “profissional potencializador da aprendizagem que, além de complementar e facilitar a mediação pedagógica, deve estabelecer uma ‘comunicação empática’ com o estudante”. Nesse aspecto, consideram-se as afirmações de Mattar (2012) destacando que o tutor exerce uma função docente e, precisa conhecer diversas teorias de aprendizagem e comunicação dentro de um processo de formação continuada para que possa executar a função da tutoria, independente do ambiente de aprendizagem.

De acordo com Frison (2012, p. 220), a palavra "tutoria" deriva do termo latino "tutari", que possui o significado de proteger, defender e cuidar de alguém. Essas

características fundamentam o uso da palavra no sentido de assumir a responsabilidade de cuidar e tutelar uma pessoa ou grupo.

Quanto à definição de tutoria correlacionada ao conceito de tutor, destaca-se a visão de Bassani (2022, p.35), “A tutoria privilegia a mediação pedagógica, [...], relação e interação com outras pessoas como origem dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, serve como base para o significado ao trabalho do tutor [...]”. Na análise das publicações que a tutoria se configura em uma atividade inerente à função de professor, embora possa se realizar em diversas modalidades e diferentes ambientes.

Retoma-se Semião (2009, p. 10) para afirmar que a tutoria tem um sentido amplo e geralmente se refere à ação de preservar, proteger, defender e amparar alguém. A tutoria não está necessariamente ligada a uma autoridade legal ou a uma relação de dependência legal, como é o caso da tutela. Pode-se dizer que “a tutoria envolve servir como modelo, orientar o desenvolvimento físico e intelectual de alguém, além de zelar pela conduta moral e cívica daqueles que estão sob cuidado ou supervisão”. Sobre a definição de tutoria enquanto processo, Frison (2012, p. 219) considera que “A ação tutorial promove estratégias de percepção para melhor entendimento do conteúdo trabalhado, estabelecendo relações com outros conteúdos aprendidos”.

A tutoria assume outra conotação quando considerada sua aplicação em contexto diferente, pois se torna “[...] é uma ação responsável por conduzir os educandos a compreensão dos conteúdos trabalhados (Frison, 2012, p. 221). Esse formato se encontra comumente na educação a distância, contudo, o tutor desempenha o papel de cuidar dos aspectos cognitivos e ajudar os alunos a desenvolverem autonomia na construção de novos conhecimentos.

Portanto, a tutoria consiste em um procedimento de ensino que pode ser aplicado tanto na forma presencial do ensino quanto na modalidade a distância. Na tutoria presencial, ocorrem encontros sistemáticos em que os tutores orientam e apoiam os alunos, incentivando a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem permite o desenvolvimento da autonomia dos alunos e facilita a compreensão dos conteúdos trabalhados nas disciplinas (Frison, 2012). Na perspectiva da educação nos moldes neoliberais têm-se a menção de tutoria exposta por Masukawa (2016) dentro do Guia de Tutoria Pedagógica, adotado no Estado de Goiás e elaborado em parceria com a Fundação Itaú Social

(2014, p. 7), que conceitua a terminologia tutoria como sendo uma “metodologia de formação [...] pautada por competências [...] realizada no cotidiano da escola”.

Nessa visão neoliberal a formação funciona como complemento a outros tipos de processos ao longo da trajetória profissional, ocorrendo em serviços, por meio da reflexão sobre o desempenho de ações e funções. Contudo, no cotidiano escolar não se concretiza o diálogo sugerido, pois a dinâmica da escola compreende questões como a falta de professores e de profissionais de apoio, além da alta demanda de atendimento aos pais tendo um número insuficiente de servidores.

Entretanto, após o advento da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017), prevê competência definida como a mobilização de conhecimentos, conceitos e procedimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais. Além de atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. O conceito de competência descrito não vai ao encontro da formação de habilidades e aptidões para o desenvolvimento humano, mas, confronta este modo de pensar e agir (Souza; Iwasse, 2021).

Na realidade educacional do Estado de Goiás, a partir de 2012, a Secretaria Estadual de Educação - Seduc implementou diretrizes e regulações, as quais serão contempladas posteriormente nesse estudo, conceituando tutoria educacional como uma metodologia “[...] que reconhece, valoriza e agrega os conhecimentos e vivências do tutorado, construindo uma relação de parceria e corresponsabilidade [...]” (Seduc, 2022). Em Laval (2019), o conceito de competência reflete mudança na relação de trabalho e na concepção do conhecimento, influenciando a maneira como a sociedade contemporânea valoriza a organização do trabalho. Refere-se a um monitoramento da mão-de-obra com a intenção de justificar estimativas desiguais entre empregadores e trabalhadores.

Nas afirmações de Silva; Tizzo (2022, p.7), encontra-se que “A tutoria educacional privilegia a gestão do trabalho escolar [...] favorecendo o diálogo [...] sob um parâmetro coletivo”. Nesse aspecto, constrói-se por intermédio de uma relação de parceria tendo por intenção oportunizar a formação integral no processo de ensino-aprendizagem se sobrepondo à visão neoliberal.

1.2 Breve histórico da educação no Brasil relacionada à tutoria

O item apresenta um panorama histórico da educação no Brasil destacando a influência dos jesuítas na organização do sistema educacional no período colonial

compreendido entre 1500 a 1822, quando as colonizações exerceram influência na organização da cultura e na estruturação do conhecimento. Na Idade Média havia a presença da educação doméstica e de tutores. As consequências para a educação da Ditadura Militar, a expansão da universidade e a adoção da educação a distância também foram contextualizadas. No Brasil, destacou-se a presença portuguesa que viria a marcar a organização das missões jesuíticas, com os religiosos sendo os primeiros a atuar na construção dos moldes educacionais direcionados aos nativos.

Sobre esse momento na história da educação, Saviani (2013, p.43 *apud* Silva; Santos, 2019, p. 42), discorre “a organização educacional no Brasil colônia pode ser dividida [...] de 1549 a 1570, quando chegaram os primeiros jesuítas. No segundo período (1599-1759), instaura-se a consolidação no Brasil da Pedagogia Jesuítica [...]”. Em 1599 esse modelo de educação, que estabelecia a junção entre catequese e colonização, originou, a criação de um currículo e método único para os estudos escolares.

Era uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas e mantidas pelos padres jesuítas em suas aulas, sendo um manual prático e sistêmico que apresentava ao professor as metodologias de ensino que deveriam ser utilizadas nas classes (Silva; Santos, 2019, p. 42).

Semião (2009, p. 23) argumenta que, concernente à tutoria, no método de ensino jesuíta, havia a figura do "decurião", responsável por “[...] um grupo de dez estudantes, perante o qual recitavam a matéria, que, depois, era corrigida pelo professor [...]”, e, posteriormente, repetiam a matéria em conjunto. A partir de 1591, esse sistema tornou-se parte essencial do código jesuíta de educação.

Nessa época, implantou-se uma política de racionalização e padronização administrativa. O ensino era composto por dois graus: o inferior, semelhante ao ensino médio e o superior, equivalente à universidade. Contudo, Ribeiro; Souza e Lima, et al (2018, p. 87) relatam que, por ocasião da expulsão dos jesuítas do Brasil ao final do século XVII, “[...] a educação assume outro formato, fortemente influenciada pelo século das luzes e pelo saber científico”. No entanto, na visão de Silva; Santos (2019), o ensino oriundo das reformas pombalinas que sucedeu aos jesuítas, continuou literário, retórico e de forte caráter religioso. Um dos aspectos destacados pelos autores refere-se a que a educação escolarizada permaneceu destinada a apenas uma parcela da população elitizada provocando a manutenção das desigualdades sociais.

De acordo com Semião (2009) do período da Idade Média ao século XVIII, reconhece-se que a educação doméstica e o uso de tutores foram constantes, com variações nos termos associados a esse conceito. Todavia, caminhou-se para se demarcar a fronteira entre duas eras: a da Escola Tradicional e os primórdios da Escola Nova.

No período Imperial, iniciado com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 até a Proclamação da República em 1889 houve, de acordo com Souza (2018), um desenvolvimento cultural significativo, com destaque para o investimento no ensino superior, embora o acesso à educação permanecesse restrito a alguns grupos privilegiados. Segundo Silva; Santos (2019, p. 47) “No que diz respeito ao campo educacional escolar, iniciou -se os trabalhos promovendo uma legislação especial sobre a instrução, com o propósito de organizar a educação nacional”.

De acordo com Ribeiro; Souza e Lima, et al (2018, p. 92), o século XIX se caracterizou pela promulgação referente à instrução dentro do Império, a qual estabeleceu a “[...] criação de uma legislação que oferecia a educação como um direito social”. Versava sobre a garantia do acesso à instrução para todos. Entretanto, a educação, em frágil desenvolvimento, permanecia com o Estado não investindo esforços consistentes para criar um modelo acessível a todos os cidadãos. Para Silva; Santos (2019), as medidas governamentais no tocante à educação pública, que pudesse favorecer a organização e expansão da educação escolar não chegaram a se efetivar nem alcançaram a maioria da população.

O princípio da gratuidade do ensino público no Brasil incorporou -se à legislação de 1824, porém, foi efetivado somente no decorrer do século XIX. No período imperial havia uma demanda por oferta de educação pública universal. As restrições estatais impediam a promoção em âmbito nacional, portanto, a incumbência foi repassada às províncias. O desenvolvimento de “[...] experiências de educação e de escola peculiares em cada província, sempre das condições econômicas e sociais de cada região [...]”, seguindo o contexto cultural e geográfico em que se insere (Ribeiro; Souza; Lima et al, 2018, p. 94).

A Carta Constitucional de 1824, promulgada por D. Pedro I, faz uma alusão à organização regulamentar da educação no país, conforme relatam Santos e Silva (2019, p. 48) “[...] no art. 179, § 32, estabeleceu -se que ‘A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos’[...] no seu art. 179, destacou sobre os ‘Colégios e universidades onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes’.

O ensino no período Imperial foi organizado em três níveis: primário, secundário e superior. O primário era somente para ensinar ler e escrever, o secundário se manteve nas aulas régias e o ensino superior voltado para as elites. O que era para se constituir em avanço, acabou por manter os mesmos objetivos do período colonial, ou seja, o de uma “estrutura” e “organização” escolar voltado para atender os interesses das elites (Silva; Santos, 2019, p. 48).

Posteriormente, por meio do Ato Adicional de 1834, o governo do Império consumou a descentralização da educação no país para os níveis primário e secundário, ocasionando estruturas paralelas nas províncias e descontinuidade no sistema de instrução. Entretanto, permanecia o monopólio do saber em relação ao ensino superior. Para Romanelli (2005, p.93 *apud* Silva; Santos, 2019, p. 50), enquanto legislava, o governo perpetuava o modelo educacional condizente com os interesses das camadas das dirigentes da sociedade. “A herança cultural conservadora, formada ainda no período colonial, foi mantida durante toda a fase imperial e também não se alterou com a fase republicana”.

O contexto educacional durante a Primeira República, datada de 1889 a 1930 herdou a dualidade de um sistema de ensino que conferia uma educação para o povo diferente da educação e dos privilégios destinados à elite. Surgiram algumas reformas como a Benjamim Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém, de caráter paliativo e insuficiente para reduzir a desorganização do sistema educacional reinante no país (Silva; Santos, 2019).

No decurso do século XIX no Brasil República surgiu o movimento chamado Escola Nova trazendo uma proposta de democratização e ampliação do acesso à educação, vinculada ao processo de democratização. Segundo Ribeiro, Souza e Lima, et al (2018, p.107), esse movimento consolidou -se a partir do ideário “[...] escolanovista veio para contrapor o tradicional, desde suas concepções até a ação docente nos espaços escolares”. Defende a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento, a valorização da criatividade e do pensamento crítico, por meio de uma educação integral, inclusiva e flexível visando a individualização do ensino. Propõe ainda, romper com os métodos tradicionais de ensino.

O manifesto destaca a importância do papel do Estado na garantia do direito à educação e a necessidade de valorização e formação dos professores, ocasionando forte impacto e influenciando mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. De acordo com Ribeiro, Souza e Lima, et al (2018), as ideias versavam sobre a educação como instrumento de reconstrução da democracia com a

integração de todos os grupos sociais. Para tanto, pressupõe uma educação pública, gratuita, leiga e sem segregações ou exclusões. Ainda sobre o conteúdo do Manifesto, Piletti; Piletti (1991, p. 208 *apud* Ribeiro; Souza; Lima, et al, 2018, p. 125), acrescentam que “pressupõe multiplicidade; [...] ser funcional e ativa, e os currículos devem se adaptar aos interesses naturais dos alunos, [...]; todos os professores, mesmo os de ensino primário, devem ter formação acadêmica”.

Historicamente, a Ditadura Militar no Brasil, ocorrida de 1964 a 1985, condicionou a educação à internacionalização e controle estrangeiro. O capital estrangeiro via o Brasil como um mercado a ser explorado para consumo, manufatura ou mão de obra. Nesse período, a educação também sofreu influências dos mecanismos sociais e políticos dominantes. A esse respeito, Ribeiro, Souza; Lima et al (2018, p. 132) tecem as seguintes considerações “[...] o governo militar implementou reformas que atrelavam a escola ao mercado de trabalho”. Época marcada pela privatização do ensino e por uma legislação que provocou um esfacelamento do magistério, ampliando a exclusão das classes menos favorecidas ao acesso à educação.

A partir do advento da Revolução francesa e industrial, o modelo universitário também passou por uma série de mudanças significativas. Nesse cenário, efetuou-se, no Brasil, a reconfiguração das esferas pública e privada, que impôs reformas do Estado, resultando na crescente ampliação da dimensão privada, contrapondo-se à redução e limitação da esfera pública e dos direitos sociais. Foi nesse âmbito que ocorreu a reforma do sistema educacional brasileiro, do ensino fundamental ao ensino superior. Na segunda metade do século XX, houve uma expansão global da universidade, tornando-a universal e consolidando-a em diferentes países. Esse processo amplia o acesso à educação superior favorecendo a diversificação dos currículos e das formas de ensino para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação. Nesse cenário, surge a modalidade de educação a distância e a terminologia tutor e tutoria assumem evidência no cenário educacional (Bassani, 2022).

Na modalidade de educação a distância, Oliveira (2017) destaca que cada instituição educacional oferece procedimentos e procura construir o seu modelo tutorial, o qual pressupõe atender às demandas em relação ao público atendido e no curso ofertado. Nessa perspectiva, atribui-se ao tutor e à tutoria relevante papel. Essa preocupação também se faz notar na realidade da unidade escolar, por meio

do trabalho do professor tutor na unidade escolar, conforme será abordado adiante. De acordo com Bassani (2022, p. 31), “Na EaD, o tutor tem esse papel fundamental de familiarizar os estudantes com as convenções de um determinado componente curricular ou temática, mostrando as ideias centrais e os objetivos que os professores almejam alcançar, [...]”. Observa-se que a mediação pedagógica se faz presente nos contextos presencial e virtual na referência a tutoria educacional.

Para Moran (2018), o processo tutorial consiste em um recurso psicopedagógico para a formação profissional e para a qualidade no ensino. Contudo, chama a atenção para os inúmeros desafios enfrentados pelos meios acadêmicos, por professores e equipe pedagógica, destacando ainda, na Ead o ingresso crescente de estudantes, os avanços tecnológicos e a estrutura universitária nem sempre condizente com a real necessidade.

O que a educação formal hoje precisa levar em conta é que a aprendizagem individual, grupal e tutorial avança no cotidiano fora das escolas, pelas muitas ofertas informais na rede. Temos inúmeras oportunidades de aprender sozinhos, em grupo e por meio de coaching ou orientação de diversos tutores. Há inúmeros cursos massivos abertos, grupos de colaboração acessíveis e pessoas mais experientes que podem ajudar-nos (de forma gratuita ou remunerada) fora das instituições formais (Moran, 2018, p. 48).

Na contextualização histórica da educação relacionada a tutoria inicialmente, a primeira forma de tutoria era desempenhada pela família, que transmitia tradições, valores e habilidades práticas para garantir a continuidade das crenças, religiões e leis essenciais à sobrevivência e identidade comunitária. Recorre-se a Semião (2009, p. 10) para afirmar que “em civilizações antigas, como a judaica, suméria e outras pré-clássicas, onde as escolas ainda não existiam, a instrução e educação eram fornecidas pelos pais, sacerdotes ou homens sábios”.

Na Antiguidade Clássica, na civilização grega e romana a tutoria assumiu importância. A princípio, a educação destinava-se ao desenvolvimento físico, mas, aos poucos se expandiu para outros domínios, como música, dança, canto e poesia e um currículo de estudos começou a se formar, incluindo disciplinas como gramática, dialética, retórica, aritmética, geometria, astronomia e música. À medida que a sociedade evoluiu e a demanda por habilidades especializadas cresceu, a família começou a delegar parte de suas funções educativas para figuras tutelares. Destaca-se que esses tutores orientavam as crianças em sua formação física, intelectual e moral como modelos a serem seguidos (Semião, 2009).

Os pensadores responsáveis pela fundação da tutoria enquanto processo de construção do conhecimento e de aprendizagem tiveram importantes contribuições no período histórico. São eles: Sócrates, Platão, Aristóteles e Quintiliano. Sobre o método socrático, Semião (2009, p. 10) relata que “[...] na Pólis, através do diálogo e acreditando na reminiscência, levava o outro a construir o seu próprio conhecimento”. Estimulou o raciocínio do interlocutor. Tratava-se de um método de ensino chamado de Maiêutica, centrado no indivíduo e construído a partir de seu próprio conhecimento, induzindo-o ao raciocínio.

O discípulo de Sócrates, Platão, adotou o mesmo método e combinou com palestras através das quais apresentava problemas aos seus seguidores, incentivando a busca por soluções de modo crítico. O ensino ocorria na Academia de Atenas, primando por um diálogo entre o discípulo e o mestre estimulava o pensamento e a busca pela verdade ideal. Outro importante figura nesse início da tutoria foi Aristóteles. Órfão quando jovem, foi tutorado por Proxénio e recebeu educação de tutores da escola de Platão. Segundo Semião (2009, p.11), tornou -se um estudioso eminente e foi “[...] tutor de Alexandre o Grande da Macedônia, regressando passados treze anos para fundar a sua escola, o Liceu, [...]”. Lecionava argumentação filosófica de manhã para um grupo restrito de alunos e retórica e dialética para um público amplo à tarde.

Na civilização romana, um dos fundadores do processo de tutoria foi Quintiliano. Defendendo uma abordagem diferente, acreditava que a educação das crianças deveria se desenvolver principalmente por meio do contato com o coletivo, em contraste com a prática comum entre uma elite romana, que envolvia a tutoria dentro do âmbito familiar. Nesse sentido, argumentava que “a criança saia do seio familiar para aprender com o primus magister, um mestre sábio, e contactar com outras crianças”. Para Semião (2009, p. 11), o método de a aprendizagem coletiva defendido por Quintiliano possibilitava que as crianças adquirissem conhecimentos variados e se desenvolvesse socialmente.

Quintiliano também identificou três tipos de tutores domésticos na Roma antiga: uma ama, um pedagogo e um tutor na escola primária. Ele criticava a “[...] preferência da elite romana pela tutoria doméstica, devido à crença de que e assim o estudante ficaria protegido da imoralidade e da corrupção [...]”, acreditando que nem sempre os tutores eram bem formados e poderiam transmitir sua orientação própria

aos alunos. Defende a criação de um método romano que valorizasse a oratória e a discussão como formas coletivas de transmitir conhecimento (Semião, 2009, p. 12).

Quanto à tutoria durante a Idade Média e sua relação com sistema educacional romano, em conformidade com os relatos de Semião (2009, p. 13), a universidade se estabeleceu e “[...] nela se expande o papel do tutor, sobretudo com a criação do New College de Oxford [...]”, reconhecido como o local de origem do sistema tutorial. Antes disso, a ênfase não estava na educação dos alunos, mas sim na administração econômica e na obediência às normas. Agora, os alunos experientes assumem a responsabilidade de ajudar os jovens, supervisionando seu comportamento e desempenho acadêmico como guardiões da moral e da fé.

O sistema tutorial de Oxford está intrinsecamente ligado a personalidades renomadas, muitas delas humanistas. Um exemplo, Erasmo “[...] frequentou a casa de Thomas More, foi tutor dos filhos do médico de Henrique VIII, e assistiu, mesmo que temporariamente, a aulas em Oxford [...]”. Segundo Semião (2009, p.16), em Portugal ocorreu um fenômeno semelhante, com a vinda de grandes humanistas para serem educadores dos príncipes herdeiros e filhos da nobreza, como Cataldo Sículo, contratado para ensinar um dos filhos ilegítimos de D. João II e o nobre Pedro de Meneses. Os tutores humanistas desempenharam um papel importante na disseminação dos ideais greco-romanos, em especial no estudo das línguas e das literaturas clássicas. Embora a tutoria estivesse principalmente associada à família real e às famílias de alta classe social, os governantes reconheceram a importância dos tutores na educação das crianças. No entanto, Semião (2009) alerta que no norte da Europa, influenciado pelo movimento da Reforma e Puritanismo, o tutor não era tão valorizado, pois as crianças eram educadas de maneira informal e doméstica.

De acordo com Semião (2009, p. 18), durante o Renascimento a tutoria tornou-se valorizada no campo da educação na literatura educacional do século XVI na Inglaterra. A crescente demanda por tutores, “[...] levou jovens professores promissores a optarem pela tutoria em vez do magistério universitário, empobrecendo a docência da universidade”.

Durante um "Grand Tour", uma viagem pelas principais capitais europeias, os tutores desempenhavam papéis essenciais como secretários, bibliotecários, capelães e médicos. Além disso, atuavam como confidentes e conselheiros, inclusive para as mulheres, cuja educação era predominantemente doméstica.

Alguns tutores permitiram que mulheres se destacassem como "scholars", mesmo que se escondam por um cortinado para não distrair a audiência. Os tutores eram presença constante nas cortes, na nobreza, nas universidades e nas viagens educacionais, desempenhando um papel relevante na formação da classe mercantil em ascensão e suprimindo a falta de preparação das universidades diante das novas necessidades educacionais. Seu legado impactou o pensamento educacional do século XVII, influenciando pensadores como Locke (Semião, 2009).

A partir desta revisão da educação medieval e renascentista, evidencia-se a relevância da figura do tutor nas cortes, nas residências da nobreza e de homens cultos. Nos estudos de Semião (2009, p. 18) encontra-se o relato de que a abordagem “[...] pedagógica, centrada no indivíduo e nas suas características, marcou o pensamento educativo do século XVII [...]” considera que os tutores renascentistas conseguiram atender às necessidades educacionais da época, fornecendo um ensino personalizado e adaptado às necessidades individuais dos alunos. Essa abordagem teve um impacto duradouro na educação e contribuiu para a evolução dos métodos pedagógicos.

No século XVII, o Racionalismo imperava com a introdução dos princípios da Escola Tradicional. Essa abordagem educacional valorizava a clareza de raciocínio, a lógica e a análise minuciosa dos problemas, buscando alcançar objetivos específicos. Surge nesse contexto “[...] o método pedagógico, com W. Ratke e, sobretudo, Comênio, transpondo ambos as conclusões referidas anteriormente para a pedagogia”. Trouxeram ideia de uma educação voltada para todos, com base na unidade e universalidade do conhecimento (Semião, 2009, p. 20).

Comênio, considerado o Galileu da educação, por sua contribuição para a educação em massa, a unidade e universalidade, assistiu a utilização das “[...] funções do monitor a repetição das lições do Mestre, a vigilância do trabalho dos monitorados, fazê-los repetir as lições e ajudá-los nas dificuldades”. Esse método enfatiza a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem e a internalização dos conhecimentos. A comunicação entre mestre, monitor e aluno vista como reguladora e facilitadora da aprendizagem (Semião, 2009, p. 20).

Quanto a Montaigne, considerado um mentor da Idade da Razão na França, merece destaque por sua contribuição, pois substituiu a análise psicológica da mente e do caráter por meio de seus ensaios, o que posteriormente influenciou o pensamento de Rousseau e Voltaire. Defendia a “[...] tutoria como forma de

aprendizagem, porque, no sistema tutorial, a família procurava que o tutor tivesse [...]” (Semião, 2009, p. 21). Acreditava-se que a tutoria oferecia uma abordagem adequada e eficiente em comparação com a frequência escolar. Essa última, considerada limitada pelo formalismo clássico. Durante os séculos XVI e XVII, era comum que os indivíduos influenciassem um tutor que os acompanhava em casa e, às vezes, na escola.

John Locke, um filósofo do final do século XVII, incorporou as tradições educacionais da Renascença, Humanismo e Reforma. Argumentou que a educação deveria ser acessível a todas as crianças, não apenas às classes privilegiadas. Em relação a tutoria, distinguia qualidades do tutor, a saber; sobriedade, temperança, diligência e discrição, dentre outras (Semião, 2009). Além disso, o tutor deve ser bem formado e educado, tendo um profundo conhecimento dos hábitos e costumes da sociedade.

No século XIX, a escola e a sala de aula passaram a assumir a configuração que ainda hoje perdura. Segundo Semião (2009), a escola pública começou a competir com o ensino doméstico ou tutorial com um aumento significativo da população infantil e maior demanda por educação. As classes dominantes preferiam o ensino doméstico, mas também passaram a adotar o ensino público.

Semião (2009, p. 32) pontua que o método Bell-Lancaster contribuiu para a formação da ideia de que a escola deve ser um sistema organizado e demonstrou a importância do ensino como um ato social. A partir da Revolução Francesa, surgiu a “[...] ideia de que o ensino devia ser laico, universal e gratuito [...]”, o que levou à expansão da escola pública em diversos países.

Após a Ditadura em 1933, a educação em Portugal foi negligenciada, encerrando os esforços de reforma da 1ª República. A prioridade dos governantes era a estabilidade financeira, envolvendo a escola em um meio de produzir cidadãos obedientes. Durante o Estado Novo, a “[...] redução dos anos de escolaridade do ensino elementar para três anos e ao encerramento de várias Faculdades e Escolas Normais [...]”. O currículo foi limitado à leitura, escrita e cálculos, abandonando o ideal de acesso ao conhecimento e à cultura preconizados pela Revolução Francesa (Semião, 2009, p. 33).

Com base nos relatos de Semião (2009, p. 33), a tutoria, “[...] apesar de ter assumido as mais diversas designações ao longo dos tempos, teve um papel de destaque enquanto método pedagógico de ensino individual [...]”, promovendo a

integração e a internalização do conhecimento. Continua a existir no século XX, com diferentes programas e abordagens, adaptando-se ao contexto social, econômico, político e cultural de cada época. É importante revitalizar a tutoria nas escolas do século XXI, considerando novos conceitos e práticas educacionais.

1.3 A prática pedagógica do tutor: procedimentos, orientação e apoio na tutoria educacional

A figura do tutor foi instituída pela Seduce nas Diretrizes Operacionais 2016-2017, no contexto neoliberal. As políticas educacionais influenciadas pelo sistema capitalismo levou a mudanças nas estruturas educacionais, com ênfase na empregabilidade, mas também gerou desafios, como a privatização acelerada de serviços públicos e o enfraquecimento de sindicatos e movimentos sociais (Silva, 2014).

Corrobora com esse desmonte, a propagação da ideia de crise no sistema econômico financeiro (global e local) e o alardeamento do fechamento de postos de trabalho. Com efeito, ocorre o enfraquecimento dos sindicatos, o esvaziamento dos movimentos sociais, a fragilização das formas jurídicas de resolução de conflitos trabalhistas, a substituição dos valores coletivos pelos individuais, com perdas de direitos conquistados nas lutas democráticas (SILVA, 2014, p.74).

O desempenho do tutor a partir das unidades escolares regionais não ocorre apenas com a preocupação de propor metodologias e vivências formativas. Esse profissional enseja o alcance dos processos educativos que permeiam o ensino-aprendizagem. De acordo com a Seduc (2022) a pauta do tutor educacional, recebida semanalmente através dessa Secretaria, se mostra diversificada e envolve o diagnóstico de funcionamento da escola incluindo a organização dos espaços e tempos escolares, verificar a presença de alunos e servidores e a realização da hora atividade pelos professores e o acompanhamento e orientação fornecidos pelos coordenadores pedagógicos nas aulas, planos de aula e avaliações. Além disso, tem a obrigação de repassar informações sobre avaliação em larga escala, e trabalhar os resultados com a equipe pedagógica da escola.

Os tutores educacionais assumem a responsabilidade de realizar o acompanhamento e monitoramento em média de quatro a cinco unidades escolares, conforme indicação da Secretaria Estadual da Educação (Seduc, 2022). Para cumprir essa tarefa há o deslocamento em veículo próprio, sem ajuda de custo, como por exemplo para pedágio, combustível, e eventuais desgastes do veículo,

como em caso de assistência mecânica. Algumas escolas distantes da regional oferecem, às vezes, um veículo, porém não de forma prioritária, sendo, muitas vezes, destinado a outras demandas. Esse fornecimento de transporte não se configura uma constante na realidade do trabalho do tutor. E, mesmo com essas dificuldades, precisa atender o turno noturno ao menos a cada 15 dias.

Quanto à atuação do tutor como formador a Seduc (2022) preconiza tratar-se de um parceiro que não se exime à responsabilidade de questionar e fornecer feedback, introduzir conceitos e procedimentos inovadores para o tutorado estimulando seu desenvolvimento. No entanto, ao iniciar o trabalho na escola precisa de tempo para demonstrar sua postura de parceira. Pressupõe que o tutor conheça toda a equipe da unidade escolar, atuando de modo empático, procurando desenvolver um trabalho em conjunto, conforme as necessidades e interesses do tutorado. Caso o contrário, haverá uma limitação de seus esforços tendo acesso somente ao coordenador pedagógico e deixando de influenciar positivamente a equipe em relação ao ensino-aprendizagem.

Para que o processo de tutoria forneça um suporte personalizado e humanizado precisa de políticas educacionais direcionadas à formação docente e adaptação e flexibilização curricular, em conformidade com as necessidades do tutorado. A personalização do ponto de vista do educador e da escola consiste num movimento de ir ao encontro das necessidades, por meio da motivação e engajamento em projetos significativos. De acordo com Moran (2018, p.42) “A personalização, do ponto de vista dos alunos, é o movimento de construção de trilhas que façam sentido para cada um, que os motivem a aprender, [...] e leve-os a serem mais livres e autônomos”.

Quanto ao tutor deve estar atento ao percurso e recursos adequados para efetivar o aprimoramento de seus conhecimentos e a prática do tutorado. O trabalho assume significância, a partir da escuta das necessidades e quando há engajamento nos projetos onde podem contribuir. Além disso, cabe ao tutor empenhar-se no diálogo e na participação ativa dos tutorados. Ressalta-se a interação entre o trabalho do tutor educacional, coordenadores pedagógicos e gestores, destacando tanto as possibilidades de ação educativa quanto as limitações enfrentadas por esses profissionais. Segundo Aranha; Oliveira; Pereira (2021), caráter prático e modelar e se pauta em fundamentos tais como: aprendizagem na prática; parceria; intencionalidade e transparência, foco na aprendizagem. Nesse sentido, importa

conhecer a atuação do profissional capacitado na assunção do papel de tutor educacional, em conformidade com as atribuições descritas na legislação estadual junto a diretores e coordenadores pedagógicos e sua contribuição na aprendizagem.

O Tutor Educacional responde por demandas em diversos setores no espaço escolar, não apenas no pedagógico. O exercício de suas atribuições influencia diretamente no desempenho de diretores e coordenadores pedagógicos, repercutindo também nos professores e alunos. Segundo Masukawa (2016), no âmbito educacional, seguindo a proposta do Guia de Tutoria Pedagógica, visa promover um desenvolvimento pautado em competências e habilidades. Contudo, essa visão contradiz a realidade dos tutores no exercício de sua função na escola, pois reforça o pensamento neoliberal de preparação rápida para o mercado de trabalho. São percebidas através das pautas semanais enviadas pela Seduc para as coordenações regionais, atividades já prontas, engessadas para que o professor aplique em sala de aula, sendo multiplicadas nas unidades escolares. Além disso, os planos de aula não oportunizam planejamento fora das determinações e orientações preestabelecidas pela Secretaria de educação.

De acordo com Moran (2018, p.48), a contribuição do tutor vai muito além disso. O aprimoramento da atuação do tutor incorpora outras atividades e procedimentos de ensino dentro da prática educacional em parceria com a equipe pedagógica. “Eles ajudam a desenhar roteiros interessantes, problematizam, orientam, ampliam os cenários, as questões, os caminhos a serem percorridos”. O autor destaca que o processo de tutoria engloba ações para fornecer suporte e direcionamento a todos os envolvidos na prática educativa.

A tutoria educacional conforme Seduc (2022), utiliza-se do termo customização para fornecer treinamento aos tutores, capacitando-os a identificar os pontos fortes, áreas de desenvolvimento e o estilo de aprendizagem do tutorado. Objetiva promover o desenvolvimento profissional com base em competências utilizando evidências coletadas a partir da observação da prática e reflexão do tutorado. No cotidiano escolar isso se traduz pela caminhada pedagógica no espaço escolar, conferindo se há gerenciamento disciplinar de turma, se a aula está condizente com o plano de aula, dentre outros aspectos. Essa abordagem tecnicista, segundo Aranha; Oliveira; Pereira (2021) pode limitar a visão dos professores sobre o ensino, tornando-os suscetíveis a seguir receitas prontas sem aprofundar a

compreensão dos contextos educacionais e das teorias que embasam a prática pedagógica.

Essa realidade poderá ser modificada a partir da reflexão sobre as práticas individuais do professor em sala de aula ocasionando a melhoria do ensino através do incentivo formativo oferecido pelos tutores na unidade escolar. Peixoto (2016) aponta que a tutoria consiste em um procedimento pedagógico que pode ser utilizado em diferentes modalidades de ensino, como a educação presencial, a distância e a híbrida. Refere-se a uma prática que aproxima o aluno do professor, por meio de um acompanhamento personalizado e contínuo, levando em conta as necessidades e dificuldades de cada estudante. Enfatiza que essa metodologia pode ser uma ferramenta poderosa na promoção da autonomia dos alunos, ajudando-os a desenvolver sua capacidade de autogestão e autoavaliação.

Os relatos de Peixoto (2016) discorrem sobre a importância da tutoria como modo de mediação entre o aluno e o conteúdo de aprendizagem, sendo que o papel do professor mediador/tutor se baseia no desenvolvimento de habilidades e competências proporcionando apoio, orientação e feedback aos alunos. Enfatiza ainda que, em um contexto de ensino mediado por tecnologias, a figura do tutor ganha relevância ao lidar com a complexidade da mediação tecnológica e garantir que o aluno compreenda e utilize adequadamente as ferramentas disponíveis.

No processo de mediação da aprendizagem por meio da utilização das tecnologias de informação e comunicação, relatos convergentes foram descritos por Silva; Tizzo (2022), os quais apresentam a percepção de tutoria como um método aplicado com vistas a prover também o acompanhamento aos educadores em formação mediante aprimoramento dos modos de instrução e o desenvolvimento de habilidades integradas no ambiente escolar.

Com efeito, a promoção da formação continuada em serviço dos gestores escolares e o assessoramento do trabalho dos coordenadores pedagógicos (inciso III); o planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas nas unidades escolares atendidas (inciso II); a aplicação e a sugestão de novas metodologias que fortaleçam o desenvolvimento do trabalho pedagógico da gestão e da coordenação pedagógica, visando à melhoria da qualidade do ensino (inciso VII) e a construção ou atualização do Projeto Político Pedagógico (inciso VIII) são demandas que o normativo legal tratou de estabelecer, dada a sua relevância (Seduc-Go, 2021).

A respeito da formação de professores aptos a desempenhar a função na tutoria segundo a proposição da Fundação Itaú Social em seu manual denominado Guia de Tutoria Pedagógica lançado em 2014, sugere habilidades específicas para o

exercício da função de tutor, a saber; “postura; resiliência, comunicação, desempenho de alunos; solução de problemas, aprendizagem, formação e supervisão de equipe, gestão” (Fundação Itaú Social, 2014, p. 15). O imperativo de que o ensino seja determinado pelo mercado encontra-se interligado ao princípio de competitividade e remete ao sistema de avaliação em curso nas escolas.

Evidencia-se uma visão neoliberal que traz o discurso da competência para o trabalho inserido na educação, pois, a iniciativa privada valoriza a formação de habilidades, no sentido de controle, mando e autoridade. Formar professores para atuar como tutores replicando o modelo neoliberal proposto (Souza; Iwasse, 2021).

Na visão neoliberal a educação é o lugar de preparação de homens e mulheres, em conformidade com as condições que os processos de trabalho exigem. Nesse sentido, competência seria o princípio educativo de todo e qualquer processo de ensino-aprendizagem (Souza; Iwasse, 2021).

O incentivo ao desenvolvimento de competências e à aquisição de aptidões nessa perspectiva reduz os propósitos do universo do saber e do aprender a fazer. Essa pedagogia das competências precariza a classe trabalhadora, fragiliza e desvaloriza a educação, pois encontra-se velado, a legitimação ideológica e de exclusão social geradas pelo capitalismo mundial. Para Laval (2019), ocorre uma uniformização de formas e conteúdos de estudo através dos quais os produtos educativos são comercializados de modo padronizado, desconsiderando as diferenças individuais.

A base capitalista dos inúmeros produtos educacionais surgidos tão rápido nos últimos anos como, por exemplo, sistemas apostilados, treinamentos rápidos de métodos, educação a distância, produtos tecnológicos, patrocínio de grandes empresas em eventos de escolas públicas, dentre uma diversidade de produtos infiltrados no setor público educacional, todos argumentados com a necessidade de se ter resultados mais rápidos com o ensino a fim de atender o mercado, como se esse fator, empregabilidade, fosse o cerne da educação (Laval, 2019, p.117).

Diante desse alerta sobre a necessidade de se combater essa educação utilitarista e de visão neoliberal, autores como Silva; Tizzo (2022), reforçam que o trabalho do tutor educacional no acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas na unidade escolar se concretiza em conjunto ao desempenho dos coordenadores pedagógicos e gestores. Para esses autores, a ação pedagógica e a prática educativa, por meio de uma gestão de desempenho que divulgue evidências das limitações encontradas num trabalho interdisciplinar abre espaço para o

vislumbre de uma educação temporal antes de espacial, num processo mediado antes de ser imediato.

1.4 O papel do tutor junto a equipe pedagógica da escola

O tutor educacional desempenha um papel planejado nas escolas, de acordo com as determinações da Seduc, refletindo as influências sociais e interacionais presentes na sociedade globalizada e marcada pelo neoliberalismo. Atua como um agente comunicador de conhecimento, trabalhando em conjunto com a equipe pedagógica por meio de atividades, formação e planejamento. Sua função abrange orientar, assessorar, acompanhar e otimizar o trabalho pedagógico, promovendo a dinamicidade e agilidade das ações educacionais. auxiliando na elaboração de estratégias de ensino, na formação continuada e na introdução de práticas inovadoras. A tutoria educacional, enquanto processo que busca fortalecer o trabalho da equipe pedagógica, pode favorecer a construção de conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e a promoção da aprendizagem dos alunos (Seduc, 2022).

A sociedade contemporânea expressa uma conotação de economia fundamentada no conhecimento e na tecnologia da informação. Ambas se constituem ferramentas propulsoras da comunicação e do desenvolvimento no mundo globalizado. A educação não se furta a esse processo tecnológico e o ingresso do tutor educacional nas escolas, reflete as influências sociais e interacionais, as quais se expressam na atuação no ambiente escolar. De acordo com Abreu (2017, p.13) “atuar como tutor significa saber como realizar um processo orientado, social e comunicativo”. Refere-se a um compartilhamento do conhecimento por meio de atividades, formação e planejamento junto à equipe pedagógica.

Nesse cenário, o trabalho do tutor educacional assume uma dimensão abrangente e desafiadora. De acordo com Nogueira e Nogueira (2017) a educação, enquanto ação contínua e permanente alcança e interfere no exercício laboral dos envolvidos e atuantes no meio educacional. Em se tratando do Estado de Goiás, os desafios se concretizam a partir da menção na legislação sobre a atuação do tutor nas escolas.

Para Silva; Tizzo (2022, p.786), a Portaria Seduc-Goiás nº 1667/2021 – define, em seu “Art. 6º, inciso II – orientar, assessorar, acompanhar, monitorar e

otimizar o fazer pedagógico nas unidades escolares, [...], buscando a dinamicidade, coerência e agilidade no desenvolvimento das ações pedagógicas”. Nesse sentido, a contribuição do tutor professor se estabelece com muitas possibilidades e responsabilidades.

Portanto, na função do tutor percebe-se um aglomerado de atribuições e demandas, mas também, uma valiosa colaboração, pois pensar a instituição de ensino a partir dos desafios propostos pela atualidade suscita a emergência de novos olhares e saberes. Segundo Abreu (2017), para enfrentar os obstáculos a fim de otimizar as competências trazidas pelo tutor educacional precisa adotar a metodologia de construção conjunta, ou seja, compartilhada com a equipe pedagógica visando adequação às demandas escolares.

Na unidade escolar, têm-se a figura do diretor do qual se espera uma postura de ação conjunta ao trabalho do tutor educacional. Segundo Nogueira; Nogueira (2017), com vistas a sanar as necessidades apresentadas pelos alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem, considera-se o estabelecimento de um planejamento em todas as áreas favorecendo a tomadas de decisões. A unidade escolar é um ambiente dinâmico que enfrenta uma variedade de demandas e desafios em seu cotidiano. Lidam com estudantes de diferentes origens étnicas, culturais, socioeconômicas e com necessidades diversas. Muitas vezes enfrentam restrições de recursos financeiros, materiais e humanos. Além disso, tem o desafio importante de promover o envolvimento da comunidade no processo educacional.

O diretor atua como líder e mediador entre as políticas educacionais e a proposta pedagógica da escola, que é construída coletivamente pela comunidade escolar. Ele deve estar atento ao cotidiano escolar, compreender os fatores externos que o influenciam e promover uma integração efetiva com a comunidade. Além disso, é responsável por planejar ações contextualizadas, “[...] valorizar a gestão participativa como forma de fortalecimento institucional e de melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos; [...]”, articular as políticas educacionais e mediar a relação entre essas políticas e a proposta pedagógica da escola (Diretrizes, 2020-2022, p. 256).

O Coordenador Pedagógico (CP) é um cargo desempenhado pelo profissional na unidade escolar, em colaboração com o Diretor e a equipe técnica-docente-administrativa. Além disso, é responsável por direcionar seus esforços para fomentar os processos de “[...] ensino e de aprendizagem do estudante e o compromisso de

colocar em prática o Projeto Político Pedagógico (PPP) [...]”. Essa função envolve o compromisso de proporcionar aos estudantes um ensino de qualidade e equidade, além de promover a formação continuada dos professores em serviço (Diretrizes 2020-2022, p. 263).

O papel do tutor educacional é de buscar “[...] compartilhar o conhecimento adquirido nas práticas exitosas, vivenciadas nas diversas situações encontradas dentro das instituições que as compõem [...]” (Seduc, 2022, p.7). Contudo, ressalta-se a importância de que tais ações possibilitem influenciar e colaborar de forma concreta com a equipe pedagógica. Com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, é essencial estabelecer procedimentos em cada projeto proposto, tendo como foco principal a melhoria dos resultados, de acordo com a avaliação externa determinada pela Seduc. No entanto, pautar-se nos indicadores de notas dos alunos limita a compreensão da equipe pedagógica em sua função de familiarizar-se com as necessidades individuais, a fim de aprimorar a prática pedagógica dos docentes.

Essa proposta descrita pela secretaria de educação para o tutor encontra obstáculos na realidade de cada escola. Devido a dinâmica da unidade escolar e a diversidade do público atendido, como alunos, professores, famílias, comunidade e coordenação regional, na prática nem sempre se consegue realizar um trabalho educacional. A escola enfrenta dificuldades para cumprir os prazos estipulados pela Seduc em seus setores administrativos, incluindo infraestrutura, prestação de contas e merenda, bem como no setor pedagógico, envolvendo alunos, professores, pais e comunidade. E caberá ao tutor educacional lidar com essas situações adversas. Essa variedade de demandas muitas vezes sobrecarrega a escola, dando origem à realização de múltiplas tarefas ao mesmo tempo, gerando impacto negativo nos processos de rotina da unidade. Nesse sentido, o papel do tutor educacional ao atuar como um elo entre cada unidade escolar, a Secretaria de Educação e a Coordenação Regional, permitem uma análise das dificuldades e lacunas encontradas na escola. Somente com esse olhar o Tutor é capaz de oferecer um diagnóstico preciso, acompanhado de procedimentos que atendam às necessidades identificadas e cumprir a visão descrita nos órgãos regulamentares oficiais.

Com base nessas informações, organizar um plano personalizado com metas para enfrentar os desafios de situações inesperadas. Identificar, na equipe, potenciais, promover e mobilizar planejamento cuidadoso, com intencionalidade e transparência, visando estabelecer confiança e motivação para o tutorado (diretor e

coordenador pedagógico). Essa abordagem permite “[...] estimulá-lo a não desistir em frente a desafios de um novo aprendizado e reconhecer os avanços, que muitas vezes podem passar despercebidos pelo tutorado” (Seduc, 2022, p. 8)

O acompanhamento presencial do tutor educacional em conjunto com a equipe pedagógica proporcionará um projeto político pedagógico embasado em evidências. Essa abordagem servirá como um guia para traçar ações que promovam uma formação voltada para a reflexão e ação. Assim estabelece um diagnóstico, busca “[...] identificar desafios e estratégias a partir do que emerge nas conversas com o tutorado e nas observações da sua prática. ” Além disso, o trabalho do tutor atua como um canal de comunicação entre a unidade escolar, a coordenação regional e a Secretaria de Educação, promovendo uma colaboração ativa em prol do sucesso do ensino e aprendizagem (Seduc, 2022, p. 8).

Não é tarefa fácil, diante do discurso neoliberal que insiste em opor-se à função formativa prioritária da educação em relação aos estudantes e à realidade da escola sob a responsabilidade do tutor. Em termos gerais, ao adentrar a escola, o Tutor Educacional, por meio de sua capacitação, pode identificar na estrutura física, ou no setor administrativo (secretaria e serviços gerais), bem como no pedagógico (professores e alunos), as dificuldades e as atuações exitosas.

Diante disso, a contribuição do tutor educacional na área pedagógica, executada pelo coordenador pedagógico, tem a função de auxiliar na elaboração de procedimentos de ensino e aprendizagem exequíveis dentro da governabilidade da escola. Contudo, no entendimento da secretaria estadual de educação de Goiás, para que as ações pedagógicas sejam eficazes transfere-se para o tutor educacional a responsabilidade de ser capaz de promover formação continuada em serviço com enfoque reflexivo, introduzindo práticas inovadoras entre os professores da unidade escolar e demonstrando compromisso tanto com a sua própria formação profissional quanto pessoal (Diretrizes Seduce/Go, 2016-2017, p. 176).

Ressalta-se, entretanto, que essa visão da secretaria de educação do estado não contempla o cotidiano do coordenador pedagógico repleto de situações imprevisíveis. Cada um traz suas próprias características, habilidades e necessidades de aprendizagem. Alguns possuem conhecimentos e limitações específicas, resultando em níveis variados de assimilação demandando procedimentos diversos. O tutor educacional no ato de observar a ação do coordenador pedagógico consegue acessar planilhas de resultados, sínteses das

avaliações internas e externas da unidade escolar, bem como, o trabalho pedagógico do corpo docente. A partir dos relatórios e registros pode-se constatar dificuldades na execução das tarefas ao lidar com diversas responsabilidades, como saber organizar, planejar e atender pais, alunos e comunidade escolar, entre outras demandas. Ao desempenhar suas funções, o tutor educacional precisa procurar identificar, por meio da observação, de que modo irá contribuir no processo de ensino e aprendizagem (Diretrizes Seduce/Go, 2016-2017).

A implementação da metodologia do processo de tutoria e a promoção da formação continuada em serviço são procedimentos pedagógicos essenciais para fortalecer e aprimorar a atuação da equipe pedagógica, incluindo a direção e a coordenação pedagógica na unidade escolar. Essas práticas proporcionam um ambiente de aprendizagem colaborativo e reflexivo, favorecendo a construção de conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e competências dos tutorados (Masukawa, 2016; Silva; Tizzo, 2022).

Com base nos relatos de Bassani (2022, p. 35) “a necessidade de o tutor dar conta da diversidade presente nos grupos, ou seja, enfrentar desafios diários e assumir uma postura proativa quanto a estas questões, é perceptível”. A tutoria educacional visa aperfeiçoar os conhecimentos, a reflexão e a prática do tutorado, mas, sobretudo, contribuir para melhorar a aprendizagem dos estudantes. Para tanto, há uma intencionalidade em cada sessão, alinhando expectativas, responsabilidades e acordos com o tutorado, transformando-o em corresponsável por seu próprio desenvolvimento.

As intenções e expectativas em relação à atuação do tutor educacional propostas pela secretaria de educação no sentido de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos em um curto período se torna não exequível porque não atenta para a realidade da escola. Constata-se que o tutor se depara com alunos que apresentam lacunas de anos de aprendizado, os quais demandam tempo, experiência e, muitas vezes, um planejamento de longo prazo. Nesses casos, torna-se importante contar e colaborar com a equipe pedagógica, com os demais professores e profissionais da escola para criar um plano de ação e sanar as lacunas identificadas (Castro; Araújo, 2018).

A contribuição do tutor educacional na unidade escolar inclui não somente possuir-se de competências para que seu desempenho funcional seja significativo. A respeito dessa condição inerente ao trabalho, Castro; Araújo (2018, p.33),

argumenta que a exigência para o tutor não é apenas de deter o conhecimento “[...] é preciso que ele seja portador de: conhecimentos, técnicas e recursos adequados, para que possam tornar viáveis e incentivar a criticidade [...]”. A visão descrita na literatura reforça a vivência no espaço escolar, levando a perceber que a atuação do tutor educacional vai além do conhecimento. Requer vivência e experiência para saber lidar com diversas situações dentro das questões acadêmicas.

Desse modo, parte de suas atribuições que se refere à promoção e desenvolvimento de ações que aprimorem o desempenho dos gestores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares repercute na autonomia de aprendizagem dos alunos. A portaria nº 1.874² prevê que essa ação possa ser realizada por meio da implementação de propostas de capacitação e apoio, visando uma gestão efetiva e resultados positivos. Por meio de metas claras os tutores partilham com os gestores as ferramentas e conhecimentos necessários para uma gestão eficiente. Dessa forma, busca-se criar um ambiente escolar que não se limite a uma formação direcionada ao imediato, mas, propício ao desenvolvimento educacional e ao alcance dos melhores resultados (Sousa; Iwasse, 2021; Seduc/Go, 2023).

A partir da contextualização, nota-se que a literatura revela que as definições, concepções, competências e funções do tutor e de tutoria numa variedade de sentido, conotação e significado, dependendo do campo ou área em que são aplicados e do período histórico ocorrido. Os conceitos vão gradualmente se adequando às necessidades e interesses manifesto na realidade social, política e econômica de cada período. A princípio, ser tutor significava o guardião do saber, defensor que cuidava do tutorado, conforme as regras impostas pela família e sociedade da época, conforme discorre Semião (2009, p.10) “a primeira forma de tutoria é a da família que transmite as tradições e os valores fundamentais para a existência [...]” Posteriormente, se admite o termo tutor como alguém capaz de mediar, pelo conhecimento, a aprendizagem de outros; e, chega-se à tutoria enquanto processo facilitador da aprendizagem, sobretudo, na unidade escolar promovendo procedimentos em parceria com a equipe pedagógica considerando a realidade de cada escola.

² De 12 de abril de 2023, estabelece as Diretrizes educacionais da tutoria educacional no âmbito das coordenações regionais da educação – CRES visando a regulamentação da função, jornada de trabalho e modulação dos tutores educacionais.

2. CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DIRETRIZES PARA A TUTORIA EDUCACIONAL EM GOIÁS

Neste capítulo, tenciona-se oferecer uma visão das políticas educacionais no Brasil, bem como a Carta Magna atualmente em vigor. Merece destaque a abordagem da "Carta de Goiânia", pois se trata de um evento significativo ocorrido na capital de Goiás, cujo impacto influenciou a elaboração da Constituição Federal de 1988. Também será abordada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que desempenha um papel fundamental na regulamentação e orientação do sistema educacional brasileiro.

Na subdivisão capitular têm-se a Constituição do Estado de Goiás, especificamente a Lei Complementar nº 26, juntamente com as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás. O intuito enfoca a compreensão das principais leis que regulamentam a educação no estado de Goiás, salientando normas e responsabilidades em consonância às atribuições dos tutores educacionais e o fluxo de trabalho dentro das unidades escolares.

2.1 Constituição e a lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 9.394/96

O desenvolvimento da legislação educacional no Brasil ao longo dos períodos históricos, inicialmente no período imperial foi marcado pelo acesso à educação restrito às classes dirigentes. Entretanto, a Constituição de 1824 instituiu a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Foi promulgada sob a influência do pensamento político liberal. O documento assegurou em seu Art. 179 de acordo com Souza (2018) a gratuidade do ensino. A lei 15-10-1827 denominada Lei de Ensino de Primeiras Letras determinou em seu Art 1º “em todas as cidades, villas, e lugares mais populosos haverão as escolas de primeiras letras, que forem necessárias”. A criação dessas escolas tinha por objetivo garantir a oferta de um nível mínimo de educação para a população.

O Ato Adicional de 1834 e a Constituição de 1891 levaram à descentralização do ensino no Brasil, mas não proporcionaram as condições necessárias para que as províncias estabelecessem um sistema educacional organizado, contribuindo para o descaso com o ensino público e a dependência da iniciativa privada. Para Souza, 2018, p.2) essa iniciativa reforçou o caráter elitista e acadêmico do sistema educacional, criando um modelo “[...] dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de

outro, o ensino primário e profissional, [...]”. Enfatiza-se que este nível de ensino foi ofertado de forma precária às camadas populares da sociedade.

[...] a Constituição de 1891, ao criar o presidencialismo no Brasil e ao estabelecer o sistema federativo, foi muito tímida e cautelosa em matéria de educação, [...] em contraponto, determinou-se a laicidade nos estabelecimentos públicos de ensino (art. 72, § 6º) (Bertuol, 2020, p. 25).

Essa descentralização terminou por privilegiar o ensino secundário e superior, de responsabilidade da União, em detrimento do ensino primário, reservado aos estados. Essa mudança afetou os estados pobres, que ficaram sem recursos e assistência governamental. O Estado de São Paulo realizou investimentos na área educacional. Contudo, algumas iniciativas foram protagonistas na luta “contra o analfabetismo, por meio da Liga de Defesa Nacional³ (1916) e da Liga Nacional do Brasil⁴ (1917)” tinha como objetivo principal aumentar o contingente eleitoral (Souza, 2018, p.3).

Embora o principal objetivo dessas conexões fosse aumentar o contingente eleitoral, é essencial reconhecer o papel determinante desempenhado pela educação nesse processo. No entanto, importa ressaltar que, em alguns casos, os interesses políticos se dedicaram à educação como um meio para atingir objetivos próprios e difusos. Isso pode incluir o uso da educação como uma ferramenta de manipulação política, buscando fortalecer certos grupos ou promover interesses específicos, em detrimento de uma educação de qualidade voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos (Souza, 2018).

Em 1930 surgiu a revolução que provocou mudanças no campo educacional brasileiro com a criação do Ministério da Educação e das secretarias de Educação dos estados. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, defende a educação obrigatória, gratuita e laica, entre outras medidas, visando divulgar o Movimento Renovador. Assim, apareceram “vários projetos, discussões importantes

³ Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916 era “congregar sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo a ‘educação cívica. Foi considerada utilidade pública pelo Decreto nº 65.576 de 16 de novembro de 1970. (Fonte: CARONE, E. República velha).

⁴ Em 1917, professores e alunos do ensino superior paulista, em especial da Faculdade de Direito de São Paulo, fundaram a Liga Nacionalista. Tratava-se de uma organização cívico-nacionalista, tendo como metas: o combate ao analfabetismo; a instauração do voto secreto e obrigatório; e a instauração do serviço militar obrigatório **Fonte:** MATHIESON, L. C. - A formação do cidadão republicano e o projeto político-pedagógico da Liga Nacionalista de São Paulo - XXVII Simpósio Nacional de História em Natal-RN julho, 2013.

que deram origem à Constituição de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro [...]” o qual possuía um capítulo específico dedicado à educação com o objetivo de estruturá-la (Souza, 2018, p.3).

A Constituição de 1937 enfraqueceu e suprimiu as conquistas do Movimento Renovador e as disputas e reivindicações aprovadas no período anterior. A educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter, investir e expandir o ensino público.

A Constituição de 1946, em seu Art.166 estabeleceu a educação como um direito de todos os cidadãos à educação de qualidade. O Art. 167 estipulava que o ensino deveria ser fornecido principalmente pelo governo, contudo, permitia a iniciativa privada atuar na educação, desde que obedecesse às leis. Apesar das mudanças na Constituição a legislação educacional imposta durante o Estado Novo ainda vigorava até 1961, quando entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 (LDBEN). Durante esses 13 anos (1948-1961), houve uma luta intensa por uma educação pública e gratuita de qualidade. Campanhas populares foram organizadas para exigir uma expansão e melhoria no sistema educacional, de forma a garantir que o direito constitucional à educação para que todos fossem efetivamente implementados (Souza, 2018).

A educação foi moldada para atender aos interesses dominantes, enfatizando a formação de trabalhadores em detrimento da formação cidadã. O sistema educacional enfatizou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, com o objetivo de preparar principalmente a mão de obra para atender às necessidades do mercado (Souza, 2018).

Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma Universitária: Instituiu o vestibular classificatório para acabar com os ‘excedentes’; deu à universidade um modelo empresarial; organizou as universidades em unidades praticamente isoladas; multiplicou as vagas em escolas superiores particulares (Piletti, 1991, p. 16, citado por SOUZA; 2018, p.4).

A Lei nº 5.692/71 reformulou o ensino de 1º e 2º graus; foi aprovada sem participação popular, promoveu mudanças como: 1º grau de 8 anos dedicado à educação geral; o 2º grau (3 a 4 anos) obrigatoriamente profissionalizante; até 1982, aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território nacional, as disciplinas mais reflexivas deixaram de serem ministradas no 2º grau (Souza, 2018, p.4).

No que se refere à interpretação das reformas, constata-se, na visão de Souza (2018) que a reformulação do ensino atendeu às exigências dos capitalistas. Assim, promoveu a criação de uma estrutura educacional pela elite a qual, deixou de frequentar a escola pública e criou seu próprio sistema educacional privado. Essa

divisão evidencia a disparidade na distribuição de recursos e na qualidade da educação, perpetuando a desigualdade social.

Durante a década de 1980, houve mobilizações sociais em prol da cidadania defendendo a queda do regime militar e mudanças políticas no Brasil. Segundo Souza (2018), a luta por melhores condições de trabalho, assim como uma educação pautada na democracia se constituíam o anseio da população. Nesse sentido, Associações como ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPEDE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CBE (Conferência Brasileira de educação), dentre outras, colaboraram na organização de eventos para a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases (Pino, et al, 2018).

Professores e funcionários fizeram greves por melhores salários e defenderam a gestão democrática nas escolas. Em 1987, “[...] o fórum foi lançado em Brasília por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita.” Na mesma década, a IV Conferência Brasileira de Educação aprovou a "Carta de Goiânia", que tratou de questões relacionadas à educação básica e ao acesso a universidades públicas, gratuitas e laicas (Pino, et al, 2018, p.811).

A história da educação brasileira foi marcada por uma proposta educacional de grande importância, conhecida como "Carta de Goiânia". Resultante “[...] da IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada sob a temática “Educação e Constituinte”, em Goiânia, entre 2 e 5 de setembro de 1986 [...]”, elaborada na capital de Goiás. Apresentava 21 princípios que estavam diretamente relacionados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Essa iniciativa teve um impacto significativo no panorama educacional do país (Pino, et al, 2018, p.811).

Os princípios da Carta de Goiânia exerceram uma forte pressão e influência sobre os aspectos educacionais da Constituição Federal de 1988, tornando-se um marco fundamental neste processo. Contou com a participação ativa dos educadores sendo fundamental para a impressão democrática no projeto nacional expresso na Constituição, reconhecida como a política educacional da nova República, conforme descrito (Pino, et al, 2018, p.811).

Os participantes da IV Conferência Brasileira de Educação reivindicam, assim, que a nova Carta Constitucional consagre os princípios de direito de todos os cidadãos brasileiros à educação, em todos os graus de ensino e do dever do Estado em promover os meios para garanti-la. Ao mesmo tempo, se comprometem a lutar pela efetivação destes princípios, organizando-se nas suas entidades, exigindo compromissos dos candidatos às Constituintes a nível federal e estadual e cobrando o cumprimento de medidas propostas para a democratização da educação (Pino, et al, 2018, p.811).

A transcrição dos princípios da "Carta de Goiânia" é atendida devido à sua função diretriz nos movimentos educacionais durante o processo constituinte. Esses exercitam uma influência substancial na estrutura constitucional e tiveram um impacto significativo na manutenção do sistema educacional brasileiro por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases (Pino, et al, 2018, p.814).

A promulgação da Constituição Federal (1988) no Brasil refletiu um momento histórico que trouxe a proteção do direito à educação. A qual trata da educação e do ensino de maneira especial, abordando direitos, deveres, fins e princípios norteadores. Com base nessa nova Carta Magna, foi instituída a nova legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual recebeu o número 9.394 e foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. A Constituição Federal e a nova LDB fornecem suportes jurídicos para efetivar o direito à educação de excelência, garantindo a formação integral do indivíduo e sua integração consciente, crítica e cidadã na sociedade (Souza, 2018, p.4).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 estabeleceu a estruturação do sistema educacional brasileiro em dois níveis de ensino: a educação básica e o ensino superior. Na educação básica, a LDB define a organização em três etapas: a educação infantil, que compreende a creche e a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio (Seduc, 2011; Ribeiro; Souza; Lima et al, 2018, p.189).

A configuração do sistema educacional no Brasil, sob o amparo da LDB, foi organizada em diferentes fases e "modalidade: Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional" (Seduc, 2009, Ribeiro; Souza; Lima et al, 2018, p.189).

Diante das diferentes modalidades de ensino, a atuação do tutor educacional demanda um estudo específico para atender às necessidades das escolas. Em muitos casos, em cada turno da unidade escolar, é encontrada uma modalidade diferente. Para lidar efetivamente com essas diferenças, precisa se familiarizar com as particularidades de cada modalidade, compreender os objetivos de aprendizagem e os desafios específicos que podem surgir em cada uma delas. Isso requer um estudo aprofundado sobre os currículos, as abordagens pedagógicas e as diretrizes específicas de cada modalidade.

No Brasil, a educação básica é organizada de forma que cada nível de governo possui responsabilidades específicas. Na Educação Infantil e Ensino Fundamental os anos iniciais, cabe aos municípios fornecer esse serviço. O Ensino Fundamental anos finais é compartilhado com o estado e Ensino Médio compete aos estados e pode ser oferecido tanto em formato técnico-profissionalizante quanto regular. Cada estado da federação tem autonomia para elaborar suas próprias leis complementares à LDB, que irão estabelecer as especificidades da educação em sua região (LDB 9394/96, artigos XI ao XVIII).

Essas leis complementares têm o objetivo de estabelecer as particularidades e especificidades da educação em cada região, levando em consideração as necessidades e realidades locais. No entanto, percebe-se que há uma discrepância entre as determinações e o que de fato são situações e dificuldades nas escolas e dos professores. Embora cada estado tenha a liberdade de adequar a legislação educacional de acordo com suas demandas e características regionais, nem sempre a legislações elaborada se torna compatível com a necessidade da escola. Contudo, valendo-se dessa prerrogativa o estado de Goiás, elaborou a LDB complementar n. 26. Nela consta uma abordagem de colaboração, o governo estadual e os municípios organizaram um sistema de educação conjunto, visando aprimorar o ensino e atender às necessidades educacionais da população.

2.2 Legislação complementar: Regulação do Estado de Goiás

Neste tópico será abordado a Constituição Estadual de Goiás no contexto da educação, destacando a lei complementar n.26/1998 que aprofunda e especifica as diretrizes e fundamentos do sistema educacional. Em 5 de outubro de 1989 foi promulgada a Constituição do Estado de Goiás, tornando-se parte integrante e inseparável da República Federativa do Brasil. O Documento estabelece os direitos e deveres dos cidadãos e as regras básicas para o funcionamento dos poderes do estado. Determina as bases para a organização do poder executivo, legislativo e judiciário, bem como para a organização dos municípios e do Distrito Federal. Prevê as competências e atribuições de cada poder e órgão do estado, do mesmo modo que os mecanismos de participação popular e controle social sobre as políticas públicas (Goiás, 1989).

No entanto, é importante notar que os detalhes e regulamentações específicas podem ser apresentados em leis complementares e legislação posterior, conforme disposto no Art. 156 da referida Constituição.

Art. 156 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Goiás, 1989).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 trouxe inovações consideráveis e algumas dessas inovações incluem a oportunidade de estabelecer parcerias entre o Estado e os municípios visando a universalização da educação infantil e do ensino fundamental. No estado de Goiás, em dezembro de 1998 foi promulgada a Lei complementar nº 26 que estabelece as diretrizes e bases do sistema Educativo de Goiás, para a educação em todos os níveis de ensino. Contempla desde a educação infantil até a pós-graduação. Define as normas gerais para a organização, gestão e financiamento das instituições educacionais públicas e privadas, bem como as diretrizes pedagógicas para o ensino fundamental, médio e superior. Tem como objetivo a garantia do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, o desenvolvimento integral dos alunos, a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, a valorização dos profissionais da educação e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais (Lei complementar nº 26/1998).

Embora as diretrizes do sistema Educativo de Goiás estejam estabelecidas na Lei Complementar nº 26, ao examinar o documento da Seduc, Silva e Tizzo (2022) destacaram que os problemas persistem nas escolas públicas de Goiás. Verificou-se uma alta taxa de evasão e abandono escolar, assim como uma desigualdade preocupante no processo de aprendizagem dos alunos.

Em relação à organização da educação estadual de Goiás, na lei complementar nº 26/1998, no artigo 5º, caberá ao Estado e municípios organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de educação. Ainda no Parágrafo único “Caberá ao Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, a coordenação da política estadual de educação; e aos Municípios, por intermédio das Secretarias de Educação, a política municipal” (Goiás, Lei complementar, 1998).

Na Lei complementar 26, no artigo 7º, determina que o Estado de Goiás, através da Secretaria Estadual da Educação, tem a incumbência de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e as instituições do seu sistema de educação;
- II - estruturar o seu sistema de educação em forma de:
 - a) instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual;
 - b) instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;
 - c) instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada; d) órgãos de educação estadual.
- III - definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta de ensino fundamental, sendo opcional aos municípios integrarem-se ao sistema estadual de educação ou comporem com ele um sistema único (art.7º, lei complementar nº26/1998).

O estado é responsável por estruturar e garantir o funcionamento adequado de todos os órgãos e instituições que fazem parte do seu sistema de educação. Isso inclui escolas, secretarias de educação, conselhos educacionais e outras entidades relacionadas. O governo estadual e os municípios devem colaborar na oferta de ensino fundamental, sendo opcional para os municípios integrarem-se ao sistema estadual de educação ou formarem com ele um sistema único (Lei Complementar nº26/1998).

Na lei complementar 26, no artigo 8º, os municípios podem organizar-se em sistemas próprios de educação,

- I - é permitido aos municípios agruparem-se em sistemas integrados de educação de maneira a organizarem e manterem sistemas de ensino fundamental;
- II - os municípios devem manifestar sua opção aos órgãos responsáveis pela gestão e normatização do ensino no Estado;
- III - os sistemas municipais de educação organizarão, na forma da lei, Conselhos Municipais de Educação que exercerão funções normativas do sistema, baixando normas complementares a fim de atender às especificidades e diversidades locais (Art.8º, Lei Complementar nº26/1998).

No contexto da organização educacional, os municípios têm permissão para se unirem em sistemas integrados de educação, com o objetivo de estabelecer e manter conjuntamente sistemas de ensino fundamental. Para isso, é necessário que os municípios informem oficialmente sua decisão aos órgãos responsáveis pela gestão e regulamentação do ensino no âmbito estadual. Além disso, os sistemas municipais de educação devem estabelecer Conselhos Municipais de Educação, que possuíam autoridade para criar normas complementares, considerando as necessidades específicas e as diversidades locais (Goiás, Lei Complementar, 1998).

No âmbito da estrutura educacional, na lei complementar 26, o Artigo 9º estabelece que a Secretaria de Estado da Educação é incumbida de exercer diversas atribuições. Destacam-se: o planejamento, organização, direção, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades educacionais no Estado

de Goiás. Como resultado, é responsabilidade da Secretaria de Educação estabelecer políticas, diretrizes e estratégias educacionais, além de garantir o monitoramento das atividades educacionais em toda a região (Silva; Tizzo, 2022).

Nesse contexto, a atribuição incluiu, dentre as diversas ações, a presença constante do tutor educacional dentro das unidades escolares com objetivos claros junto à gestão escolar. Tendo como as principais atividades realizadas por esses profissionais: “planejar as atividades pedagógicas com os coordenadores e gestores; acompanhar, assessorar, avaliar, realimentar a operacionalização do trabalho pedagógico [...] na construção dos planos de aulas, no planejamento anual” (Silva; Tizzo, 2022, p. 782).

2.3 Diretrizes Operacionais de Goiás relacionadas à tutoria educacional

O tópico aborda informações sobre as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás ao longo de diferentes períodos. O objetivo das diretrizes é fornecer uma visão da estrutura e atividades da rede educacional, permitindo revisões e alterações de procedimentos que empreendem as práticas existentes e, dentre elas, a prática pedagógica da tutoria. Destaca-se a evolução da nomenclatura utilizada, bem como a falta de registros de diretrizes operacionais em determinados anos. Importa a compreensão das diretrizes para a coordenação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, além de mencionar a influência das políticas educacionais e do monitoramento da cultura na definição de prioridades e na transmissão e avaliação do conhecimento.

A Secretaria de Estado da Educação-Seduc desempenha papel na coordenação e execução das atividades educacionais, incluindo o apoio contínuo do tutor educacional nas escolas, que desempenha várias funções no trabalho pedagógico. Destaca a importância da legislação e do papel dos profissionais envolvidos no processo educativo. Com o intuito de aprimorar a sua organização e o seu funcionamento, apresenta as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás. Engloba tanto o ensino regular quanto os programas e projetos iniciados pela instituição (Diretrizes – 2009/2010).

Nesse sentido, supõe-se que o documento possibilite a revisão de caminhos, rotinas e direcionamentos na prática educativa. Indica que os gestores têm a capacidade de avaliar e ajustar as práticas e procedimentos existentes, com base nas informações fornecidas pelo documento norteador. Entretanto, no cotidiano da

unidade escolar, surgem muitos obstáculos não contemplados por documentos oficiais. São: alunos provenientes de contextos socioeconômicos desfavoráveis; a vulnerabilidade emocional dos alunos e dos profissionais da educação, os quais, não raro, apresentam sinais e sintomas de transtornos como ansiedade, depressão e estresse. Além de ausência ou inadequação de recursos materiais e tecnológicos, bem como a falta de infraestrutura adequada e de políticas com práticas inclusivas, dentre outros.

De acordo com Laval (2019) a visão capitalista empresarial incutida nas escolas defende a forte competitividade entre alunos e escolas e uma flexibilização curricular. Dessa forma, o papel do professor-tutor também se vê modificado resultando em detecção, exclusão e dificuldades de integração, as quais impactam o desempenho acadêmico e o clima escolar, interferindo no processo de ensino-aprendizagem.

A pretensão dessa revisão contínua, de acordo com as Diretrizes de 2009/2010, é garantir a eficiência e eficácia das ações realizadas pela rede educacional. Conforme apontado por Laval (2019, p.12), “a escola neoliberal também busca elevar a qualidade da força de trabalho como um todo, sem aumentar os impostos e, sempre que possível, proteger os gastos públicos”.

Cabe ressaltar que, na realidade ocorre um enxugamento do quadro de profissionais, sendo estes obrigados a desempenhar e assumir tarefas provenientes da legislação, ou seja, não fornece recursos para que a unidade escolar se adeque a essas determinações.

As Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, no biênio 2011-2012, buscaram contemplar as necessidades de adaptação e aprimoramento das escolas, subsecretarias regionais e administração central em relação à política educacional integrada na rede estadual de educação. Em parte o documento atuou na compreensão da coordenação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como dos programas incluídos pela Secretaria da Educação, com ênfase nos projetos pedagógicos. Funcionou como um roteiro para a equipe da escola em termos de conhecer seus deveres e autogerenciar o trabalho como um instrumento auxiliar da gestão. Contudo, na ocasião ainda havia a denominação de "dupla pedagógica" (Diretrizes, 2011/2012).

Cabe a ressalva de que os órgãos oficiais não elaboraram diretrizes nos anos de 2013, 2014 e 2015. Quando ocorre essa contingência fica pressuposto a validade

da última diretriz como a vigente, independente da não divulgação dos motivos por não haver elaboração anual. No período de 2016-2017, as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, trouxeram uma alteração na nomenclatura do objeto de pesquisa, substituindo-se a expressão "dupla pedagógica" pela nova designação "tutor educacional". Essa mudança reflete uma atualização e alinhada às práticas e diretrizes educacionais vigentes, reconhecendo o papel central desempenhado pelos tutores educacionais no contexto pedagógico (Diretrizes, 2016/2017).

Nas Diretrizes Operacionais do período de 2020-2022, a Gerência de Tutoria Educacional é mencionada na página 181. No entanto, não foi encontrada a descrição das atribuições do tutor educacional nesse trecho específico. Entretanto, na página 274, é mencionado sobre "Requisitos e Perfil dos Tutores Educacionais (TE) do CEPFOR - Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação". Nesse trecho, são apresentados os requisitos e perfil necessários para o exercício da função de tutor educacional no CEPFOR (Diretrizes – 2020/2022).

Na Secretaria de Estado da Educação (Seduc), há uma restrição de diretrizes operacionais, dificultando a análise e o estudo detalhado das políticas públicas concernentes às atribuições dos servidores da rede estadual de educação. O quadro abaixo evidencia que os registros de diretrizes operacionais nos anos de 2013, 2014, 2015, 2018 e 2019 não foram elaborados.

Embora as diretrizes forneçam uma visão da estrutura e organização do sistema educacional de Goiás, não se fornece uma orientação formativa para as instituições escolares poderem atuar. O direcionamento das ações na rede estadual de educação deveria prever momentos formativos, instrutivos para sanar as dúvidas sobre o papel e função dos profissionais da educação previsto na legislação. Entretanto, na realidade das escolas o trabalho dos tutores sofre prejuízos consideráveis. A ausência de clareza dos direcionamentos também contribui para a dificuldade dos profissionais da educação em cumprir suas atribuições. Outro entrave repousa na ocorrência de alterações e mudanças nas Diretrizes, através de Portarias no decurso do ano letivo, visando redução de custos sem atentar para o processo de ensino-aprendizagem e para a estrutura da escola. Além disso, acontece sem considerar o Projeto Político Pedagógico – PPP.

Quadro 1 - As Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás

ANO	GOVERNO	DISPONIVEL
2009/ 10	Alcides Rodrigues 2007/10	 https://drive.google.com/file/d/1eV3_H_pzQgysxIkQ60f_M2OuBuIXvJ0i/view?pli=1
2011/12	Marconi Perillo 2011/14	 https://drive.google.com/file/d/1ot_24XPzo4VmV2Z0MxFujs2XD63GHR7y/view
2016/17	Marconi Perillo (2015/18)	 https://lapenci.icb.ufg.br/admin/pages/31484-educacao-no-estado-de-goias/2016/2017
2020/22	Ronaldo Caiado 2019/ 2022	 https://drive.google.com/file/d/1gqbw2_3EO1Jk0rZqRUYM5u2G5p9TcQyY/view

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

O quadro 1 fornece informações sobre as diretrizes operacionais ao longo dos anos. A primeira coluna mostra o período em que essas diretrizes foram elaboradas; a segunda coluna indica o governo vigente. A última coluna demonstra as diretrizes disponíveis, conforme a especificação de cada documento. No entendimento da Seduc, estes documentos permitem visão global que possibilita a promoção e o acompanhamento da implementação e execução das ações, projetos e programas da Secretaria de Estado da Educação, de forma integrada por todos os servidores em todas as instâncias. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a ausência de uma formação para os profissionais da educação que terão a responsabilidade de aplicar na prática educativa essas regulamentações, uma visão global não alcança as especificidades de cada unidade escolar acompanhada pelo Tutor Educacional.

As políticas educacionais e os sistemas de ensino são influenciados por uma abordagem orientada pelo viés econômico, onde as considerações financeiras e os objetivos de mercado são um papel preponderante na definição das diretrizes educacionais. As transformações do capitalismo e as mudanças no sistema educacional estão interligadas à demanda do mercado e ao mundo globalizado. Nesse contexto, o discurso neoliberal promove estímulos de uma educação com competência e competitividade visando atrelar a busca pela qualidade da educação, incentivando os professores a alinharem seus interesses pessoais com suas responsabilidades profissionais, desvirtuando a educação de seu propósito formativo

e humano. A finalidade contida na visão capitalista empresarial instaurada na escola “reparte de fato os pais, os alunos e os professores, em ganhadores e perdedores” (Laval, 2019, p.301). Nesse aspecto de escola empresarial muda-se o papel dos envolvidos, os valores e o papel do professor.

Observa-se nas Diretrizes Operacionais que a Secretaria Estadual de Ensino de Goiás apresenta períodos distintos, tendo seu início no ano de 2009-2010. Na ocasião primou pelo aprimoramento da gestão administrativo-pedagógica, detalhando o perfil e as atribuições da "dupla pedagógica". No biênio 2011-2012, as diretrizes focalizaram a adaptação e ao aprimoramento das escolas e órgãos administrativos, mantendo-se o uso do termo "dupla pedagógica". Já em 2016-2017, houve uma mudança na nomenclatura para "tutor educacional", refletindo as práticas educacionais vigentes. No período de 2020-2022, não foram especificadas as atribuições específicas dos tutores educacionais, porém é possível encontrar informações sobre requisitos e perfil no CEPFOR (Diretriz - 2020/2022).

3 CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES OPERACIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS

Cabe salientar que o tutor educacional desempenha um papel de orientar a equipe pedagógica e contribui para a elaboração ou atualização do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar nas unidades educacionais sob sua responsabilidade. Nesse contexto, o tutor educacional segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Matriz Curricular de Referência e as normativas protegidas pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás, garantindo a aprovação e a adoção desses documentos às diretrizes educacionais vigentes.

O contexto político de Goiás no período compreendido entre 03/4/2006 a 31/12/2010 tinha como governador Alcides Rodrigues Filho e de Milca⁵ Severino Pereira no cargo de Secretária de Estado da Educação de Goiás. Posteriormente, assumiu a pasta o economista Thiago Peixoto⁶ já no governo de Marconi Perillo, de 2011 a 2013. Na sequência, assumiu a Secretária de Estado da Educação, Vanda⁷ das Dores Siqueira Batista que exerceu a função apenas no ano de 2014. Completando o período têm-se Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira⁸, a qual atuou de 2015 a 2018.

⁵ Graduada Mestre e Doutora em Enfermagem.

⁶ Graduado em Economia; pós-graduado em Gestão de Projetos.

⁷ Graduada em Pedagogia.

⁸ Graduada em Letras; Mestre em Linguística e Doutora em Filosofia.

A partir dessa contextualização, convém apresentar a implementação do Pacto pela Educação em Goiás, que segundo a Seduc sob o comando do então secretário de educação Thiago Peixoto se destinava a impulsionar avanços no campo educacional. A análise das diretrizes estabelecidas durante o período de 2009-2010, abrange as atribuições da dupla pedagógica e o perfil do tutor abordados na nova denominação do Tutor Educacional. Trata-se de uma nomenclatura definida nas diretrizes de 2016-2017.

Serão consideradas as mudanças na legislação, as quais impactaram a atuação do tutor educacional, bem como a influência nas atividades pedagógicas através do cumprimento do papel descrito na legislação. Na subdivisão capitular têm-se a menção à criação das duplas pedagógicas, conforme regulamentação de 2009/10. O tópico seguinte aborda o papel do tutor educacional nesse novo contexto através da descrição do perfil e atribuições.

3.1 Criação da dupla pedagógica em Goiás: Diretriz 2009-2010

A abordagem nesse tópico apresenta as primeiras diretrizes operacionais de Goiás referente aos anos de 2009-2010 detalhando o perfil e atribuições da dupla pedagógica, atualmente conhecida como Tutor Educacional. Antecedendo à mudança na legislação, a dupla pedagógica tinha como objetivo capacitar e orientar os vice-diretores (agora denominado coordenador de turno) e o coordenador pedagógico das unidades escolares. Tencionava assessorar os professores e demais profissionais no desenvolvimento, execução e implementação do Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE), dos Projetos de Atividades Educacionais Complementares (Praec) e do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Aluno Infrequente (Amai) de acordo com a realidade específica de cada unidade escolar.

A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, como pessoa jurídica do direito público, para manter a rede estadual de ensino, possui a responsabilidade pela criação, implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política estadual de educação. Dispõe como foco, orientações para a organização curricular, a gestão escolar, a formação de professores, melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes da rede entre outros aspectos relacionados à educação básica. Promove o desenvolvimento de programas, projetos e ações didáticas, que viabilizem “[...] recursos pedagógicos, técnicos, financeiros e

humanos, investindo na melhoria da qualidade do sistema educacional em Goiás no que se refere à Educação Básica” (Diretrizes, 2009-2010, p.9).

Essa realidade expressa uma visão neoliberal que na perspectiva de Laval (2019), dispõe regulamentações onde a escola passa a ser provedora de produtos para o mercado. O Estado desenvolveu categorias de análise e ferramentas de gestão para regular e adaptar a mão-de-obra, relegando a segundo plano a qualidade da educação, ou seja, limitar a autonomia de pensamento e a efetiva conscientização crítica.

A composição da equipe pedagógica da Subsecretaria de Educação integra coordenador pedagógico, subcoordenadores, técnicos e dupla pedagógica. Essa última, exercida por professores qualificados, com experiência em gestão, coordenação e formação docente, “[...] responsabilizando-se por, no mínimo, 10 (dez) unidades escolares e pelo trabalho de orientação e formação das equipes das Secretarias Municipais de Educação dos municípios jurisdicionados [...]”. Entretanto, a precarização do trabalho docente se percebe na falta de condições de dar pleno cumprimento ao que diz a legislação. Nesse sentido, ocasiona uma instabilidade no exercício da função. Em Goiás a equipe “será composta no máximo por trezentos servidores, vinculados técnica e pedagogicamente à Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação e moduladas nas Subsecretarias Regionais” (Diretrizes, 2009-2010, p.20).

De acordo com o texto das Diretrizes de 2009-2010, as duplas pedagógicas possuíam uma subdivisão: a primeira considerada ‘Dupla Pedagógica da Gestão de Projetos e Programas’, a outra, ‘Dupla Pedagógica de desenvolvimento Curricular’ (Diretrizes, 2009-2010). Ambas tinham a responsabilidade de implantar, implementar, acompanhar e monitorar as ações pedagógicas. A diferença, uma avalia os projetos e programa de gestão pedagógicos da Seduc; a outra, avalia os projetos e diretrizes pedagógicas curriculares da Seduc. A primeira mencionada responsabilizava-se por dez unidades escolares e pelo trabalho de orientação e formação das equipes da subsecretarias municipais de educação. A segunda responsabilizava-se pela formação dos docentes que atuam nas unidades escolares “A dupla pedagógica era composta por duas pessoas, geralmente dois professores da rede indicados pela regional para fiscalizar as ações de cunho administrativo realizadas na escola” (Silva; Tizzo, 2022, p.792).

Antes da formação da dupla pedagógica, existia a equipe do PDE, e com a implantação/o surgimento das duplas pedagógicas, houve a integração do pessoal. Segundo as atribuições descritas na diretriz de 2009-2010, o objetivo era capacitar os vice-diretores e coordenadores da unidade escolar na elaboração, execução e implementação do Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE). Esse programa envolvia recursos financeiros, e a função da dupla passou a incluir o monitoramento desses recursos, assumindo, assim, um caráter fiscalizador. No entanto, ainda hoje, na tutoria, podem ser identificados resquícios dessa visão equivocada da presença do tutor nas escolas (Silva; Tizzo, 2022).

Para integrar nas Equipes de Duplas Pedagógicas, precisavam de formação em curso superior, postura apresentada no Plano Nacional e LDB, flexível, dinâmico para trabalho em equipe, disponibilidade para estudar e viajar. Composta “[...] por duplas de professores qualificados e com experiência em gestão, docência, coordenação e formação docente, [...], deverá apresentar conhecimento das políticas públicas educacional vigente, comprometido, além disso, saber as regras básicas da organização da Seduc. A modulação da Dupla Pedagógica da Gestão de Projetos e Programas, nas Subsecretarias Regionais de Educação, essa dupla precisava de ser experiente, em gestão e coordenação. A Dupla Pedagógica de Desenvolvimento Curricular, modulada na centralizada/Goiânia (Diretrizes, 2009-2010, p.21).

As atribuições das Duplas Pedagógicas da Gestão de Projetos e Programas (atualmente Tutor Educacional), inclui múltiplas atividades, como por exemplo, produzir mais em menos tempo e com recursos financeiros reduzidos. Assumir incumbências administrativas e pedagógicas referentes a atuação junto às escolas, as quais se traduzem por uma visão da administração clássica defendida pelo neoliberalismo. Outras responsabilidades atribuídas ao Tutor abrangem: os trabalhos de promoção da formação continuada das equipes das secretarias municipais/unidades de Educação Básica da rede estadual de ensino “em relação aos programas do Plano Estadual de Educação, Plano de Governo e Plano de Desenvolvimento da Educação”. Isso inclui assessorar, acompanhar e monitorar o processo de autorização e validação dos atos pedagógicos das unidades escolares e apoiar a construção e manutenção de um banco de dados único - Sistema de Gestão Escolar-SIGE (Diretrizes, 2009-2010, p.22)

Compreende-se que na atualidade, o tutor educacional acompanha, controla, cobra e monitora as ações através do Sistema de Gestão Escolar (SIGE). Por meio desse sistema, são registrados o fluxo de matrícula, informações dos alunos, lançamento de notas e fechamento letivo do aluno. Além disso, permite visualizar o fluxo escolar do aluno, ou seja, se houve aprovação, abandono ou reprovação ao longo do percurso educacional. Reforçando, entretanto, que a realização dessas ações é prevista de ocorrência em tempo mínimo para execução e apresentação de resultados (Diretrizes, 2009-2010).

O papel das duplas Pedagógicas “engloba diversas responsabilidades, entre elas, auxiliar na elaboração, execução e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), bem como no planejamento do calendário escolar”. Além disso, o trabalha ativamente para promover a colaboração entre as unidades escolares e a administração central, capacitando e orientando vice-diretores e coordenadores pedagógicos das escolas para assessorar os professores na execução de programas de desenvolvimento escolar e projetos educacionais complementares. Também desempenha um papel fundamental no acompanhamento e monitoramento de alunos com baixa frequência escolar (Diretrizes, 2009-2010, p.28).

O cargo possui a função que engloba a definição de diretrizes, metas e ações para a unidade escolar; realiza visitas para avaliar e fortalecer as ações dos coordenadores pedagógicos e professores; promove momentos de estudo para a equipe; mantêm os profissionais atualizados sobre leis e regulamentos que lhes interessa no momento; informa sobre os resultados da avaliação dos estudantes e auxilia na construção do plano de melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, inclusive com a implantação da placa do IDEA na porta de cada escola. Na época, a dupla pedagógica não olhava plano de aula e possuía uma atuação administrativa no sentido fiscalizador, como exemplo, verificar se faltou professor, além de informações sobre prestação de contas. O plano sistemático de acompanhamento e a pauta semanal era pontuada pela coordenação regional. Nesse cenário, o papel atribuído à dupla pedagógica incluía apoiar a realização de conselhos de classe; e ajudar as escolas a alcançar a autonomia administrativa, pedagógica e financeira (Diretrizes, 2009-2010).

A previsão de uma colaboração estreita com os vice-diretores e coordenadores pedagógicos da subsecretaria, se torna questionável a partir da realidade vivenciada pelos profissionais da educação em relação a não formação e

interação insuficiente com os órgãos reguladores. Contudo, na teoria preconiza assegurar a divulgação adequada de comunicados relacionados à área pedagógica, conforme disposições abaixo.

- I Sensibilizar os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares acerca da necessidade de realização de um trabalho articulado, integrado e participativo entre as unidades escolares, subsecretarias e a administração central da Seduc;
- II Capacitar e orientar os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares para que eles possam assessorar os professores e demais profissionais na elaboração, execução e implementação do Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Projetos de Atividades Educacionais Complementares (Praec) e Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Aluno Infrequente (Amai) à realidade da unidade escola;
- III Estabelecer, com os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, diretrizes, metas e ações estratégicas a serem cumpridas, a curto e a médio prazo, assegurando a efetividade dos programas e projetos em execução e implementação na unidade escolar;
- IV Manter os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares atualizados quanto a leis, resoluções, pareceres e portarias referentes ao trabalho técnico-pedagógico, pelos órgãos normativos;
- V Estabelecer, com os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, diretrizes, metas e ações estratégicas a serem alcançadas em cada programa em desenvolvimento, assegurando sua efetividade e, por conseguinte, o sucesso do estudante;
- VI Analisar, com o vice-diretor e com os coordenadores pedagógicos da unidade escolar, os seus cronogramas de ações mensais, bem como os dados coletados diariamente.
- VII Manter a integração entre os vice-diretores e os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, no local e na região, estabelecendo diretrizes que garantam um trabalho unificado e possibilitem que a escola cumpra a sua função social, tendo como foco o sucesso do estudante; (Diretrizes, 2009-2010, p.29-30).

Dessa forma, a partir das Diretrizes propostas pressupõe a realização de uma análise pormenorizada dos cronogramas de ações mensais e dos dados coletados, utilizando-os como base para o replanejamento das atividades. Entretanto, no cotidiano das unidades escolares daquele período não havia planejamento de aulas, portanto, o foco era disciplinar e pouco pedagógico. Objetivo consiste em alcançar as metas estabelecidas. Além disso, monitorar o cumprimento das resoluções em vigor pelas escolas sob sua responsabilidade, garantindo a adesão às diretrizes estabelecidas (Diretrizes, 2009-2010).

A análise das diretrizes operacionais de 2011-2012 mostrou que a nomenclatura de "dupla pedagógica" foi mantida, sem alterações em seu perfil e atribuições. No entanto, no período compreendido entre 2013 e 2015, a Secretaria Estadual de Educação não elaborou novas diretrizes operacionais. A mudança de denominação ocorreu somente nas diretrizes operacionais de 2016-2017, quando o termo "Tutor Educacional" passou a ser adotado, o qual será abordado no próximo

subtema. Neste contexto, iremos apresentar o programa "Pacto pela Educação", uma reforma implementada pelo estado de Goiás.

3.2 O Pacto Pela Educação: reforma educacional de Goiás

O tópico em questão apresenta uma abordagem sobre a Reforma Educacional goiana destinado a promover uma reestruturação, intitulado Pacto Pela Educação. Entende-se por pacto um compromisso entre as partes e pressupõe direitos, obrigações e responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Esse período coincide com o terceiro mandato do Governo Marconi Perillo, que ocorreu de 2011 a 2014, sendo afiliado ao PSDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). O Secretário de Educação durante esse período foi Thiago Mello Peixoto da Silveira, um economista e deputado federal que foi afiliado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e depois ao PSD (Partido Social Democrático).

Portanto, pretende-se trazer os aspectos originários, as intenções, as repercussões e o alcance dessa implementação. O objetivo do Pacto pela Educação era tornar Goiás referência para todo o país, promovendo um salto na qualidade de ensino. Na visão de Silva (2014, p.150) a reforma foi elaborada sem considerar a participação coletiva dos profissionais da educação e da sociedade civil, sendo apenas “comunicado a todos os interessados [...] um programa reformista elaborado por uma multinacional [...] ignorando décadas de debates e produção científica [...] da área”.

No contexto da educação em Goiás foi integrada a proposta de reforma chamada Pacto pela Educação. Essa reforma tinha como objetivo melhorar a qualidade da educação no estado, nas escolas da rede básica. De acordo com Pessoni (2017), o então secretário da educação, Thiago Peixoto, justificou a necessidade da reforma com base no diagnóstico levantado pela secretaria de educação mostrando que o Estado apresentava carência na área educacional. Apontava o baixo desempenho dos alunos no Ideb, altos índices de evasão e abandono dos estudantes no percurso da educação básica. O governo estabeleceu diretrizes para a reforma, visando elevar o desempenho dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb).

Pessoni (2017), argumenta que o Pacto executou um programa ambicioso com metas e iniciativas de alto impacto no setor educacional na perspectiva da escola de resultados, no amplo movimento de reestruturação capitalista mundial,

cujas premissas básicas são fundamentadas em uma visão economicista voltada às necessidades do mercado. Na época em que foi iniciada, o estado de Goiás apresentava médias mais baixas em comparação com outros estados e a média nacional nesse indicador. A proposta de reforma educacional, instituída, iniciou-se, “A articulação, estruturação e execução do projeto de reforma educacional Pacto pela Educação, no Estado de Goiás em 2011, [...]” (Gomes, 2019, p.27).

De acordo com Gomes (2019), no jornal O Popular, veículo de comunicação de grande influência em Goiás, os dados levantados revelaram uma maior incidência de reportagens sobre a reforma educacional, conhecida como Pacto pela Educação, nos dois primeiros anos de sua implementação em comparação aos anos subsequentes. Foram analisadas 45 reportagens publicadas de 2011 a 2015 referentes ao Pacto pela Educação. Os dados revelaram uma concentração no número de reportagens nos anos de 2011 e 2012 e um declínio acentuado nos anos seguintes. A valorização profissional da educação, a meritocracia e a avaliação, obtiveram ênfase nas reportagens, reforçando a ideia de que o Pacto pela Educação se articulava com preceitos neoliberais, alinhando-se às ideias disseminadas por agências co-financiadoras da educação, tais como o Banco Mundial, o que justificaria a adoção e aplicação de práticas utilizadas no mercado econômico e empresarial, na educação (Peroni; Caetano; Lima, 2017; Gomes, 2019)⁹.

A Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a empresa [...] Multinacional de consultoria em gestão empresarial, a *Bain & Company*, definiu a reforma educacional denominado, Pacto pela Educação [...]. As subsecretarias de educação (atualmente conhecidas como Coordenação Regional de Educação - CRE) consideram essa iniciativa como um compromisso com os cidadãos goianos, buscando fortalecer e garantir uma educação adequada e oportuna para os alunos. Para atingir esses objetivos, seria necessário implementar melhorias abrangentes em todos os aspectos do sistema educacional (Pessoni, 2017, p.119). Com a intenção de se tornar uma referência nacional em educação, mencionado por Goiás (2011, p.15), constam, 25 ações de grande impacto, que foram divididas em cinco pilares: 1) Valorizar e fortalecer os profissionais da educação; 2) Adotar práticas de

⁹ Os dados mostraram ainda um conjunto variado de sujeitos no processo de construção dos discursos sobre o Pacto pela Educação. Das 45 reportagens, 19 foram realizadas por representantes do governo, 14 reportagens são assinadas por colaboradores do jornal e 12 reportagens são assinadas por diferentes sujeitos sociais.

ensino com alto impacto no aprendizado dos alunos; 3) Reduzir significativamente a desigualdade educacional; 4) Estabelecer um sistema de reconhecimento e remuneração baseado em mérito; 5) Realizar uma reforma abrangente na gestão e infraestrutura da rede estadual de ensino (Goiás, 2011, p.15).

Quadro 2 – 25 Iniciativas para a Reforma Educacional Goiana nos 5 Pilares

Pilares	Iniciativas
1. Valorizar e fortalecer o profissional da Educação	01. Valorização do plano de carreira do docente
	02. Escola de Formação de Professores
	03. Academia de lideranças
	04. Residência Educacional
2. Adotar práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem	05. Currículo referência
	06. Tutoria pedagógica
	07. Educação em tempo integral
	08. Novo ensino médio
	09. EJA profissionalizante
	10. Rede de colaboração
3. Reduzir significativamente a desigualdade educacional	11. Investimento em TI para reforçar o aprendizado
	12. Suporte às escolas vulneráveis
	13. Correção da distorção idade-série
	14. Redução da evasão e reprovação
4. Estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito	15. Apoio às diversidades
	16. Índice do desempenho educacional de Goiás
	17. Bônus por desempenho dos servidores
	18. Prêmio Escola
5. Realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino	19. Poupança para alunos
	20. Educadores do Ano
	21. Excelência em infraestrutura
	22. Escola modelo e Comunidade
	23. Integração educacional com os municípios
	24. Excelência de gestão da Secretaria
	25. Otimização dos gastos

Fonte: Goiás, 2011.

A proposta de reforma na educação do estado de Goiás foi pautada em cinco pilares e distribuídas em 25 iniciativas. De acordo com os relatos de Gomes (2019, p.63), visava “modificar a estrutura educacional do estado e torná-la referência, recorreu à avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no período de 2005 a 2009 [...]”. Para a autora a implementação da reforma trouxe mudanças abrangentes, incluindo aprimoramentos na formação profissional, na remuneração, na infraestrutura escolar e no desenvolvimento educacional.

Para Pessoni (2017, p.120), o “Pacto Pela Educação implantado em Goiás, inspirado na proposta de organismos internacionais, não é uma novidade”, uma vez que projetos semelhantes foram implementados em outros estados brasileiros com diferentes denominações. Esse projeto faz parte de um amplo movimento de atendimento capitalista mundial, no qual as premissas básicas são fundamentadas em uma visão economicista tratada para atender às necessidades do mercado.

De acordo com Gomes (2019), o Pacto pela Educação representa uma política educacional pública que adota medidas intervencionistas e práticas de gestão empresarial, fundamentadas em instrumentos de controle e avaliação. Essas práticas, adotadas pela reforma, têm como resultado a intensificação da pressão individual e coletiva por meio do sistema de mérito, ao mesmo tempo em que promovem a redução da diversidade curricular, o estabelecimento de um sentimento de responsabilidade e culpabilização na comunidade escolar em relação aos resultados educacionais insatisfatórios, bem como a falta de investimento significativo na área educacional, diminuição da autonomia dos professores no processo de ensino-aprendizagem e ações repressivas por parte dos gestores e representantes do governo.

Essa abordagem busca integrar a educação ao contexto econômico através da formação e capacitação de profissionais preparados para suprir as demandas do mundo globalizado. O objetivo principal “[...] de reestruturação capitalista mundial, cujas premissas básicas são fundamentadas em uma visão economicista voltadas ao atendimento das necessidades do mercado [...], de trabalho”. Assim, procura promover um alinhamento da formação educacional com as demandas satisfeitas, visando a produção de um capital humano qualificado e capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico do estado e do país (Pessoni, 2017, p.121).

Por meio do quadro 2 se torna possível observar que o pilar dois, denominado adotar práticas de ensino de alto impacto, inclui a quinta ação, ou seja, o currículo

referência, e a sexta ação, envolve a tutoria pedagógica. O quadro destaca ainda que a equipe regional responsável por acompanhar o trabalho pedagógico em todas as unidades escolares compõe-se de tutores. Além disso, é mencionado que os coordenadores pedagógicos fornecem suporte prático aos professores em parceria com a Fundação Itaú Social.

Quadro 3 – Práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem dos alunos

2 - Adotar práticas de ensino de alto impacto
05. Currículo referência
06. Tutoria pedagógica
<ul style="list-style-type: none"> • Equipe regional de cerca de 300 tutores que acompanha trabalho pedagógico em todas as escolas da rede (média de 1 tutor para cada 4 escolas) • Acompanhamento prático dos coordenadores pedagógicos e suporte a professores • Parceria com Itaú Social

Fonte: Goiás, 2011.

Na análise do currículo referência e tutoria pedagógica dentro das práticas de ensino a serem adotadas, Moura (2016, p.56 *apud* Gomes, 2019, p.56), afirma que o documento regulador da reforma apenas menciona superficialmente a concretização da parceria público-privada.

(...) insere-se a tutoria pedagógica, também descrita como “coaching pedagógico”, que não aparece por acaso nos documentos da reforma goiana. Existe um movimento de difusão, promovido pela Fundação Itaú Social, de ideias e concepções de educação desenvolvidas na reforma educativa da cidade de Nova York (Gomes, 2019, p.56).

A esse respeito, Silva; Tizzo (2022 p.782), tecem as seguintes considerações o “Guia de Tutoria Educacional Estabelece o perfil de tutoria educacional adotado no ensino estadual de Goiás, seguindo os parâmetros do sistema de reforma do ensino integrado na cidade de Nova York”. Essa experiência, sistematizada pela Fundação Itaú Social, tem como objetivo integrar a tutoria na estrutura dos sistemas públicos de ensino, incorporando-a às estratégias de acompanhamento das unidades escolares e formação em serviço.

3.3 O papel do tutor educacional: perfil e atribuições na Diretriz de 2016-17

As Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, 2016-2017 consistem em um manual que contém orientações destinadas a todos os profissionais que seguem o âmbito educacional da rede. Segundo a então secretária

da educação Raquel Teixeira, trata-se de uma ferramenta importante para todos os envolvidos no dia-a-dia de nossas escolas. Esse documento tem como objetivo fornecer informações sobre os procedimentos administrativos a serem adotados ao longo dos próximos dois anos, visando aprimorar o desempenho de cada indivíduo em suas respectivas funções no processo de ensino e aprendizagem (Diretrizes, 2016-2017).

Elaborado como uma ferramenta de capacitação direcionada a “diretores, secretários, coordenadores, técnicos-administrativos, tutores e professores”, as Diretrizes Operacionais têm o propósito de esclarecer dúvidas, facilitar a execução das atividades técnico-administrativas e fortalecer o trabalho cotidiano nas escolas, considerando suas responsabilidades no âmbito do serviço público educacional (Diretrizes, 2016-2017, p.12).

A equipe do Núcleo Pedagógico é constituída por profissionais especializados, como o Diretor do Núcleo Pedagógico, Tutores Educacionais, Mediador da Inclusão, Equipe Multiprofissional da Inclusão, Articulador Pedagógico do Desporto, Coordenador de Políticas Públicas para Educação Básica e Equipe de Apoio Pedagógico (Diretrizes, 2016/2017, p.172). O objetivo principal é integrar, apoiar, assessorar, acompanhar e avaliar todas as ações pedagógicas desenvolvidas pelas unidades educacionais sob a jurisdição da Subsecretaria, alinhadas à proposta pedagógica da Seduce, com foco prioritário na consolidação da aprendizagem dos estudantes, através da implementação de um plano de ação de qualidade (Diretrizes, 2016-2017).

A equipe de Tutoria Educacional tem como principal incumbência promover a formação continuada dos Diretores educacionais, com foco na capacitação e qualificação deles. Além disso, atua no acompanhamento e na assessoria do trabalho dos Diretores nas unidades educacionais, com o objetivo de aprimorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A equipe também é responsável por produzir materiais e organizar formações destinadas aos gestores e coordenadores pedagógicos, em parceria com os Diretores de Núcleo Pedagógico. O número de membros da equipe varia de acordo com o porte e a quantidade de unidades educacionais da SRE, sendo informado pela Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação (Diretrizes, 2016-2017).

Em relação ao perfil do Tutor Educacional, os requisitos:

- I Ser comprometido com sua autoformação e com o desenvolvimento da sua autonomia, como também da autonomia dos pares com quem trabalha;
- II conhecer as políticas públicas na área da Educação nos níveis federal e estadual;
- III Demonstrar postura ética e coerente com as concepções (práxis) apresentadas nos referenciais do Plano Estadual de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos demais documentos normativos da SEDUCE;
- IV Ter conhecimento sobre avaliação, Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular do Estado de Goiás, Matriz de Referência do SAEB, Matriz de Referência do ENEM e programas de formação continuada;
- V Ter compromisso profissional, ser assíduo e pontual;
- VI Ter habilidade para o trabalho em equipe, reconhecendo sua importância, sendo flexível e ágil na articulação e mobilização de pessoas;
- VII Ter habilidade no uso de sistemas de monitoramento e controle de processos;
- VIII Respeitar as opiniões e saberes alheios, de modo a contribuir para o desenvolvimento do próprio aprendizado e do aprendizado do outro;
- IX Expressar seriedade e comprometimento profissional na efetivação do trabalho;
- X Ser dinâmico, criativo e inovador quanto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas (Diretrizes, 2016-2017, p.176).

Ao comparar a Diretriz de 2009-2010 com a Diretriz de 2016-2017, existem algumas alterações. A Diretriz antecedente estabelecia a formação superior com especialização, postura coerente diante da legislação e das políticas educacionais, contudo, não previa o conhecimento das avaliações externas. Convém registrar que o Saeb referência data de 2005 e as primeiras Prova Brasil aconteceram em 2007.

Em 2016-2017, o professor precisa ter conhecimento sobre avaliação, Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular do Estado de Goiás, Matriz de referência do SAEB, do ENEM e programas de educação continuada. Espera-se que o profissional seja comprometido, dinâmica, criativo, inovador com sua própria formação e com o desenvolvimento de sua autonomia, bem como da autonomia dos colegas com quem trabalha, bem como das práticas pedagógicas. Além disso, ter habilidades no uso do sistema de monitoramento e controle de processo (Diretrizes, 2009-2010; Diretrizes, 2016-2017).

Condensando a visão das determinações da Seduc 2016-2017 constata-se que o tutor educacional é obrigado a cumprir os dez períodos de trabalho pelas diretrizes em vigor. O acompanhamento visita/técnica do noturno é obrigatório e deverá ser realizado quinzenalmente, de modo escalonado. No entanto, as políticas educacionais neoliberais, de acordo com Laval (2019), apresentam uma abordagem problemática ao buscar resultados quantificáveis, uma vez que experimentou a complexidade e a diversidade do processo educacional a uma lógica de mercado, na

qual o desempenho é predominantemente compensador por meio de indicadores quantitativos e rankings.

Convém mencionar que a partir de fevereiro de 2019, no governo de Ronaldo Caiado ocorreu o desmembramento das Secretarias de Educação, Cultura e Esporte proposto pela reforma administrativa do Governo de Goiás, a nomenclatura da Secretaria de Estado da Educação - Seduce passa a ser Seduc¹⁰. A mudança está amparada na Lei Estadual nº 20.417, de 6 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás no dia 8 de fevereiro último. A nova lei altera a anterior (nº 17.257), de 25 de janeiro de 2011, que havia instituído a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (Seduce). Junto com a nova nomenclatura da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), muda também o nome das 40 Coordenações Regionais de Educação; antes era Subsecretarias Regionais de Educação, Cultura e Esporte (Creces). A partir de 2019 foram denominadas como CRE (Coordenação Regional de Educação).

Assim sendo, familiarizar-se com as atribuições do tutor educacional, em consonância com as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação para os anos de 2016-2017, por meio de uma análise detalhada, segue abaixo:

- I - Promover e desenvolver mecanismos internos que melhorem o desempenho dos diretores e coordenadores pedagógicos das UEs acompanhadas quanto à efetivação de uma gestão para resultados;
- II - Otimizar o fazer pedagógico nas unidades escolares, com foco na melhoria da proficiência dos estudantes, buscando a dinamicidade, coerência e agilidade no desenvolvimento das ações pedagógicas;
- III - promover a formação continuada em serviço dos Diretores Educacionais e assessorar o trabalho dos coordenadores pedagógicos, a fim de melhorar a prática pedagógica dos docentes;
- IV - Atuar como implementador da proposta pedagógica da SEDUCE¹¹ junto às Subsecretarias Regionais de Educação e UEs, no desenvolvimento do trabalho pedagógico;
- V - Assessorar, planejar, acompanhar todas as ações pedagógicas nas UEs atendidas, tendo em vista os programas e projetos pedagógicos desenvolvidos pela SEDUCE, atuando, de forma ética, profissional e democrática, respeitando a diversidade cultural e ideológica dos sujeitos e dos espaços onde atua;
- VI - Ter conhecimento sobre a legislação educacional vigente e investir na autoformação e capacitação profissional;
- VII - aplicar e sugerir novas metodologias, dar subsídio e orientações que fortaleçam o desenvolvimento do trabalho pedagógico da direção e da coordenação pedagógica, de forma que estes auxiliem, da mesma forma, o corpo docente, visando à melhoria da qualidade de ensino;
- VIII - orientar e participar da elaboração ou atualização do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar, das unidades educacionais

¹⁰ SEDUC - Secretaria de Estado da Educação.

¹¹ Essa nomenclatura refere-se ao ano de 2016-2017. SEDUCE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

acompanhadas, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais, Matriz Curricular de Referência e normativas do Conselho Estadual de Educação de Goiás;

IX - Acompanhar a execução das ações propostas no Plano de Ação da unidade educacional, propondo intervenções, quando necessário, para alcance das metas;

X - Elaborar o plano de formação customizado para cada tutorado, promovendo a formação continuada em serviço

XI - Participar da elaboração e execução dos Conselhos de Classe e Trabalhos Coletivos e, posteriormente, fazer as pontuações com a equipe gestora, considerando as necessidades de intervenção;

XII - Estabelecer, com os Diretores Educacionais e coordenadores pedagógicos das unidades educacionais, metas e ações estratégicas a serem alcançadas em cada programa ou projeto proposto pela SEDUCE, que estiver em desenvolvimento, assegurando sua efetividade e, por conseguinte, o sucesso do estudante (Diretrizes - 2016-2017, p.177).

As atribuições do Tutor educacional têm como objetivo promover e desenvolver, conforme Silva; Tizzo (2022, p.783) um “[...] controle do desempenho dos professores e dos alunos evidenciadas [...]”, nas Unidades Escolares que acompanham, visando uma gestão eficiente para alcançar resultados. Nessa perspectiva neoliberal esse papel requer a presença do tutor na escola, acompanhando e monitorando todos os acontecimentos com o objetivo de alcançar os resultados desejados. Conforme defendido por Laval (2019) e Mendes; Horn; Rezende (2020) no contexto da escola neoliberal, o Estado assume um papel regulador e delega ações cotidianas para níveis inferiores e serviços descentralizados, adotando uma abordagem participativa de gerenciamento.

As ações da tutoria são intencionais e suas atribuições são destinadas a legitimar sua atuação junto à unidade escolar. Em alguns casos, de comum acordo, os coordenadores pedagógicos assistem as aulas dos professores em sala para verificar se as demandas colocadas para a escola estão sendo cumpridas como: projetos, simulados e treinamento para as provas. Quanto ao tutor se ocupa de outras demandas como um executor da proposta pedagógica, como exercer o papel de diagnosticar, planejar e acompanhar todas as iniciativas pedagógicas nas unidades atendidas. Diante dessa responsabilidade, o tutor também propõe intervenções quando necessário, buscando alcançar o alvo estipulado. Além disso, é incumbido de estabelecer metas e ações estratégicas em conjunto com os diretores e coordenadores pedagógicos das unidades educacionais, em cada programa ou

projeto proposto pela Secretaria estadual de educação, com o objetivo de assegurar a seguir as mesmas. (Seduc¹², 2022).

O trabalho do tutor educacional envolve acompanhar e monitorar as ações realizadas pelos coordenadores pedagógicos e gestores na unidade escolar. O objetivo é promover uma formação humanizada que permita ao aluno apropriação do conhecimento. No entanto, o tutor enfrenta limitações decorrentes ao cumprimento das metas, que muitas vezes não levam em consideração as dificuldades de aprendizagem dos alunos. A equipe escolar é exigida a seguir as atividades elaboradas pela Seduc. Conforme apontado por Libâneo; Freitas (2018, p.90) “[...] no processo de difusão da ideologia neoliberal, no campo da educação, a finalidade educativa das escolas tem assumido o provimento de conhecimentos utilitários [...]” com foco em resultados.

O inciso VI estabelece a necessidade de os Tutores educacionais possuírem conhecimento sobre a legislação educacional vigente e investirem em autoformação e capacitação profissional. Através da Portaria 1874 (2023, p.6), são estabelecidos requisitos para o ingresso na Tutoria Educacional, incentivando o investimento na autoformação. No entanto, verifica-se que a atual política não favorece adequadamente o Tutor Educacional para essa finalidade. Caso um Tutor solicite licença para aprimoramento, para retornar, será necessário passar por um novo processo seletivo, de acordo com as normas estabelecidas.

Para realizar o mestrado/doutorado, os Tutores Educacionais enfrentam desafios, pois devem cumprir os 10 períodos de trabalho obrigatórios. Alguns TEs conseguem obter liberação em acordo com seus coordenadores regionais, o que lhes permite repor os períodos de trabalho de forma flexível. No entanto, outros não têm essa mesma compreensão e não são liberados, o que gera desconforto entre colegas que também desejam se aprimorar, mas não obtêm autorização. Além disso, ao escolher tirar uma licença para aprimoramento a remuneração reduz significativamente acima de 40%, por se tratar de uma função comissionada à Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Curricular/ Gerência de Tutoria Educacional (Portaria nº 1.874, 2023).

Essa situação ressalta a importância de uma política clara e abrangente para a concessão de licenças para aprimoramento, garantindo igualdade de

¹² SEDUC – nomenclatura a dotada a partir de 2019.

oportunidades para os TEs que desejam investir em suas qualificações acadêmicas, justamente como as Diretrizes sugerem em se tratando da importância de fornecer formação continuada. Dessa forma, será possível promover uma formação mais qualificada e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade da educação. A revisão dessas políticas é essencial para valorizar o profissional da Tutoria Educacional e proporcionar um ambiente de trabalho mais justo e propício ao desenvolvimento profissional de todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi motivado pela constatação de dificuldades em se estabelecer uma compreensão clara sobre a tutoria educacional, tanto nos documentos oficiais como na rotina das escolas a respeito das atribuições do tutor educacional. Particularmente na educação pública no estado de Goiás, o professor com atribuição de tutor educacional é visto como um fiscal ao invés de parceiro na implementação de procedimentos que contribuam para uma prática educativa de qualidade.

A realização desta pesquisa teve por objetivo geral conhecer e analisar a legislação regulamentar sobre tutoria educacional e sua aplicação na rede estadual de ensino de Goiás, e como objetivos específicos contextualizar na história da educação os conceitos e princípios da tutoria educacional, a partir da reforma Pacto da Educação em Goiás; destacar analisar o papel dos tutores educacionais e da dupla pedagógica base nas atribuições descritas nas Diretrizes Operacionais de Goiás. Para cumprir estes objetivos, foi necessário considerar historicamente a tutoria e a tutoria educacional.

O percurso metodológico adotado refere-se à pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o termo de busca Tutor Educacional. A seleção dos dados utilizou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e o Portal de Periódicos da CAPES. O período de busca compreendeu os meses de setembro de 2022 a maio de 2023. Foram encontrados 52.527 artigos, dissertações e teses, contudo, adotando o refinamento e os critérios de exclusão como idioma, publicação disponível para acesso na plataforma digital e obedecendo ao recorte temporal de 2008 a 2022, em razão do período corresponder ao foco do estudo, ocorreu o descarte da maioria dos materiais. A partir daí, procedeu-se a seleção das publicações que fundamentam o estudo. Do total de artigos, dissertações, teses e documentos encontrados 49 publicações foram utilizadas nesse estudo.

Iniciada no período colonial por Jesuítas, responsáveis pela instrução dos nativos e protagonistas de uma educação elitista pautada por desigualdades sociais, os tutores desempenhavam a função de guardiões do conhecimento e das regras impostas à família pela sociedade dominante. Observou-se a alteração no conceito e definição de tutor educacional ao longo da história e, passando de dupla pedagógica para tutor educacional contemporaneamente, essa definição encontra-se vinculada à perspectiva neoliberal de educação.

Nesta perspectiva, a educação escolar consiste em preparação e investimento em competências para o mercado de trabalho com ênfase em resultados e capacitação visando atender as demandas do ingresso dos estudantes no mercado neoliberal globalizado. Além disso, os regulamentos são diversificados, em quantidade excessiva e as escolas encontram entraves nos atendimentos às determinações da Secretaria de Educação. Não raro, as informações e demandas esbarram na falta de tempo para estudo e leitura.

Na Seduc Goiás, há Diretrizes Operacionais implantadas e repassadas às Regionais de Educação. De acordo com modelos internacionais o conceito de competência do ponto de vista da concepção neoliberal promove uma abordagem tecnicista e reducionista da educação escolar. Fato este gerador de uma precarização do ensino, restringindo os propósitos do conhecimento e ignorando a formação integral.

O foco em resultados quantificáveis, como indicadores e rankings, pode restringir a atenção às demandas específicas dos alunos, prejudicando uma abordagem humanizada e a diversidade do processo educacional.

Constatou-se que a implementação das políticas educacionais neoliberais pode apresentar desafios no contexto da tutoria educacional. Na realidade do estado de Goiás, o Pacto pela Educação propunha promover melhorias na qualidade do ensino tornando-o referência nacional. Entretanto, se configurou um programa de gestão empresarial, sem a participação dos profissionais da educação em sua elaboração. Encabeçada pela iniciativa privada, com ênfase em resultados e metas terminou por limitar a autonomia dos professores e restringir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A atuação do tutor se estende para além do âmbito pedagógico, envolvendo questões administrativas e de gestão escolar. Sua função abrange orientar, assessorar, acompanhar e otimizar o trabalho pedagógico, promovendo a

dinamicidade e agilidade das ações educacionais. Além disso, contribui na elaboração de procedimentos de ensino, na formação continuada e na introdução de práticas inovadoras. A diversidade dos públicos atendidos, a restrição de recursos e as situações imprevistas podem sobrecarregar a escola e o tutor.

Conclui-se que as políticas educacionais construídas de forma democrática participativa e envolvendo os profissionais da educação, os alunos e a sociedade civil, pode contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo. Um anseio que preocupa os tutores educacionais e que surge no bojo desse estudo, repousa na questão das licenças para aprimoramento. A necessidade de cumprir os dez períodos de trabalho obrigatórios dificulta aos tutores investir na formação acadêmica. Além disso, caso opte por licença haverá uma redução acima de 40% na remuneração salarial, sem garantia de retorno à função de tutoria. Diante disso, esperava-se uma política educacional que reconheça a importância da formação docente continuada, visando a valorização do profissional e a promoção de uma educação de qualidade.

Longe de esgotar-se, permanece alguns questionamentos relacionados ao desconforto do pesquisador devido à dificuldade de compreensão das atribuições do tutor educacional na unidade escolar. Suscita ainda um aprofundamento sobre as percepções dos tutorados em relação ao trabalho desenvolvido na tutoria educacional. Assim, pode-se obter informações que venham a impactar e motivar o engajamento dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Conclui-se que a tutoria educacional pode exercer um papel no ensino-aprendizagem enquanto processo transformador da realidade escolar, assumindo um protagonismo na contramão do neoliberalismo.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A. Educação: um novo patamar. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 153-179, 2017.

ARANHA, R. S. L.; OLIVEIRA, S. S. B. de; PEREIRA, L. de L. A materialização do programa tutoria educacional na educação pública municipal de Manaus /am, **Debates em Educação**. v.13. n.32, maio/ago. 2021.

BASSANI, L. S. **A Tutoria nos Cursos Ead no Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná: Uma vereda em Construção**. Cascavel, Paraná, 2022. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6191/5/Luciane_Bassani2022.pdf. Acesso em 19 de fev. de 2023.

BERTUOL, P. de O. A. SILVA, M. L. A educação básica nos tratados internacionais: breves apontamentos de 1990 a 2006. In: **Encontro Ibero-americano de Educação – EIDE**. Alcalá de Henares, Espanha, 2020. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5291.pdf. Acesso em 19 de fev. 2023.

BOTTI, S. H. de O.; REGO, S. Preceptor, Supervisor, Tutor e Mentor: Quais são Seus Papéis? **Revista Brasileira de Educação Médica**, nº 32, v. 3, p. 363–373; 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n3/v32n3a11.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. LDBEN-Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 23 dez. 1996. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 de mai. de 2023.

CAVALCANTE, C. V.; LOBO, D. C. Finalidades Educativas Escolares e Agente Sociais: O poder simbólico na construção dos sentidos e na dialética interiorização da exteriorização. **Educativa**, Goiânia, v.24, p.1-18, 2021.

CASTRO, A. M. D. A.; ARAÚJO, N. da V.C. G. Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. **Rev. Bras. de Política e Administração**, v.34 nº.1, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/80574> . Acesso em 22 de mar. de 2023.

ESQUINCALHA, A. C. **Conhecimentos revelados por tutores em cursos de formação continuada para professores de matemática na modalidade a distância**. 2015. 170 f. Dissertação (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/11020>. Acesso em 22 de fev. de 2023.

FRISON, L. M. B. Tutoria entre estudantes: uma proposta de trabalho que prioriza a aprendizagem. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade de Pelotas, Brasil. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n.2, p. 217-240, 2012.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Guia de Tutoria de Área**. 2014. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/46-guia-tutoria-area-09082017_1510329060.pdf. Acesso em 12 de mar. de 2023.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2009/2010**. Goiânia, GO, 2009. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação Disponível em: <https://www.educacao.go.gov.br/documentos/Diretrizes2009.pdf> Acesso em: 17 jan. 2023.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de ensino para os anos de 2011/2012**. Goiânia, GO, 2010. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <https://www.educacao.go.gov.br/documentos/diretrizes2011.pdf> Acesso em: 17 jan. 2023.

GOIÁS. Seduce/GO **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de ensino para os anos de 2016/2017**. Goiânia, GO, 2016. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação.

GOIÁS. Seduc/GO. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de ensino para os anos de 2020 a 2022**. Goiânia-GO, 2020. Gabinete da Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/files/Diretrizes_Operacionais/Diretrizes_operacionais_Redepublica_estadual_de_Educacao_de_Goias_2020_2022.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

GOIÁS, Constituição Estadual (1988) **Legislação Estadual - Casa Civil**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/constituicao-estadual>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

GOIÁS. Lei Complementar nº 26/1998. **Legislação Estadual**. Disponível em: legisla.casacivil.go.gov.br, <https://Legisla.casacivil.go.gov.br>. Acesso em 19 de fev. de 2023.

GOIÁS. Seduc/GO, **Lei estadual, nº 20.417, 06 de fevereiro de 2019**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/sala-de-imprensa/noticias3/1717-seduc-agora-e-seduc.html>

GOIÁS. Seduc/GO. **Imersão Formativa da Tutoria Educacional**. Secretaria de Estado da Educação. Goiânia, ago. 2022.

GOIÁS. Seduc/GO. **Tutoria educacional – escolas prioritárias**. 2021b. Aparecida de Goiânia (mídia online – e-mail).

GOIÁS. Seduc/GO. **Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças**. Secretaria de Estado da Educação. Goiânia, ago. 2011a. disponível em: <http://www.see.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao>. Acesso em 01 de mai. de 2023.

GOIÁS. Seduc/GO. **Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças**. Secretaria de Estado da Educação. Goiânia, ago. 2011b. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/docs/Microsoft%20PowerPoint%202020.%20%20Lan%C3%A7amento%20do%20Pacto%20Pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Reforma%20Educacional%20Goiana.pdf>. Acesso em 01 de mai. 2023.

GOIÁS. Seduc/GO. **Portaria nº 1874/SEDUC**. Diretrizes Operacionais da Tutoria Educacional no âmbito das Coordenações Regionais de Educação – CREs, Goiânia-GO, 2023.

GOMES, M. A. M. **O Pacto Pela Educação em Goiás (2011-2015) no Jornal O Popular: notas de uma reforma**. Jul. 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9946>. Acesso em 01 de mai., 2023.

LAVAL, C. **A escola não é uma Empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo. Disponível em: *A escola não é Empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público*. 2019.

LIBÂNEO J. C.; FREITAS R. A. M. da M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar** [livro eletrônico] / Organizadores José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas. – 1 ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

MASUKAWA, S. **O diálogo como estratégia de formação continuada de formadores em serviço**, 266 f. PUCSP, São Paulo, 2016.

MATTAR, J. Tutoria e Interação em Educação à Distância. **Cengage Brasil**, 2012 disponível em: <https://www.cengage.com.br/livro/ebook-tutoria-e-interacao-em-educacao-a-distancia/> acesso em: 19 de fev. de 2023.

MENDES, A. A. P; HORN, G. B.; REZENDE E. T. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. **Roteiro**, Joaçaba. v.45, n. 45, p. 1-24, jan/dez, 2020.

MILL, D.; OLIVEIRA, M. R. G. de; RIBEIRO, L. C. Múltiplos enfoques sobre a polidocência na Educação a Distância Virtual. In: MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C.; OLIVEIRA, M. R. G. de. **A Polidocência na Educação a Distância**: múltiplos enfoques. 2. ed., São Carlos: EDUFSCar, p. 15-23, 2014.

- MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico] / (Orgs), BACICH, L.; MORAN, J. – Porto Alegre: Penso, 2018.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Capítulo III. A herança familiar desigual e suas implicações escolares. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 51 – 70, 2017.
- OLIVEIRA, C. M. de. **O tutor e a tutoria em educação a distância (EaD): O que nos dizem as dissertações e teses brasileiras em uma década (2005 a 2015) de produção acadêmica?** / Caroline Mendes de Oliveira. - Belo Horizonte, 2017.
- PEIXOTO, J. Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação, **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 25, n. 59, p. 367-379, maio/ago, 2016.
- PESSONI, L. M. de L. **Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino** [manuscrito]: a reforma educativa no Estado de Goiás/ Lucineide Maria de Lima Pessoni, 2017.
- PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. C; LIMA, P. V. de. Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.11, n.21, p. 415-432, jul./dez. 2017.
- PILLONETTO, M. R. A. **A tutoria presencial e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem superior em EaD: a construção de um curso de formação continuada para tutores presenciais de pólo**. UNINTER. Curitiba, 2020.
- PINO, I. R., et al. Educação e Constituinte: carta de Goiânia revisitada. **Educ. Soc. Campinas**, v.39, n.145, p.811-816, out/dez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ffcNdnvmDHpk8yK9mfyyspb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 de abr. 2023.
- RIBEIRO, M. E. dos S.; SOUZA, K. I. de; LIMA, C.C. N. et al. **História da educação**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024724. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024724/>. Acesso em: 10 abr. de 2023.
- SEMIÃO, F. M. da R. C. **Tutoria: uma forma flexível de ensino e aprendizagem**. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade dos Açores. Departamento de Ciências de Educação. Ponta Delgada, set, 2009.
- SILVA, A. P. da; SANTOS, C. de S. dos. História da educação no Brasil. Tentativas de estruturação e organização escolar no período imperial. **Rev. Acad. Educ. e Cultura em Debate**. v 5, n. 1, p.39-53. jan-dez. 2019.
- SILVA, L. G. A. da. TIZZO, D. P. O trabalho do tutor educacional no sistema estadual de ensino de Goiás. **Inter-Ação**, Goiânia, v.47, n.2, p. 779-794, maio/ago. 2022.
- SILVA, S. P. da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-**

aprendizagem [manuscrito]: o Pacto pela Educação em Goiás / Simônia Peres da Silva. – Goiânia, 2014. 249 f.: il.

SOUZA, J. C. S. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**. 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

SOUSA, R. B.; IWASSEL, F. A. Formação para adaptação e pseudoformação: uma Análise da BNCC a partir da Teoria Crítica. RUI. **Revista Espaço Acadêmico**. n.229, jul. /ago. p. 87-99, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/56670/751375152337>. Acesso em: 12 de mai. de 2023

TIBALLI, E. F. A. A dualidade da escola brasileira na primeira metade do século XX: registros do INEP, **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p. 1101-1117, set.-dez. 2016a.

TIBALLI, E. F. A. Universalização da Educação Básica: a desigualdade educativa no discurso educacional brasileiro. In: MIRANDA, M. G. **Educação e desigualdades sociais**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2016b p.90 -128.